OHE OHE

Relatório de Actividades



Índice

Índice	2
Nota Introdutória	4
A Escola Superior de Enfermagem do Porto	5
1. Enquadramento histórico	5
2. Enquadramento legal	7
3. Estrutura organizacional (actual)	8
Desenvolvimento Estratégico	10
1. Enquadramento estratégico	10
2. Contrato de confiança	13
3. Programa específico de desenvolvimento da ESEP: um compromisso com a melho enfermeiros	
Apresentação de resultados	17
1. Da oferta formativa	17
2. Ingresso na ESEP	19
3. Sucesso escolar	24
4. Empregabilidade	28
5. Acção social – Bolsas de estudo	29
6. Mobilidade	30
7. Actividades culturais e académicas	34
8. Das actividades de investigação e divulgação científica	36
9. Da valorização social do conhecimento	41
10. Dos recursos humanos	44
11. Dos recursos financeiros	48
12. Dos recursos patrimoniais	53
13. Dos serviços	55

Mon	nitorização do Plano Estratégico
1.	Eixo 1 Consolidar um modelo de Enfermagem mais significativo para as pessoas (os clientes dos
cı	1idados)59
2.	Eixo 2 Construir um cultura-de-aprender promotora do desenvolvimento profissional e pessoal61
3.	Eixo 3 Garantir a profissionalização da gestão através de um modelo de governo e processos
ac	dequados66
4.	Eixo 4 Garantir a sustentabilidade da Escola nas suas vertentes económica, social e ambiental70
5.	Eixo 5 Ser uma referência em termos da relevância do conhecimento produzido e da pertinência da
of	ferta formativa
Nota	a Final
Apro	ovação do Conselho Geral79

Nota Introdutória

O ano de 2010 representa, para a Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP), um novo recomeço. Recomeçar, quando ainda há tão pouco se tinha começado, poderá parecer algo estranho. Porém, foram tão significativas as alterações na realidade que enquadra a escola que esta, como sistema aberto que também é, não deixou de lhes sentir o efeito. E, se esta é uma realidade comum a todas as instituições de ensino superior (IES), numa escola ainda a dar os primeiros passos de uma vida institucional autónoma, a ressonância dessas alterações foi claramente mais sentida. Este contexto, em que no desenrolar de um processo mudança – a fusão e entrada em funcionamento da ESEP – coexistem outros processo de transformação da realidade (novo regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), novo estatuto da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico (ECPDESP), reforma da administração pública), marcou definitivamente o ano de 2010.

Mas, 2010 foi também assinalado pela profunda crise orçamental que afectou o país, com claras repercussões nas instituições públicas, como a ESEP. É certo que, por força do contrato de confiança celebrado com o Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES), estes efeitos negativos foram de algum modo mitigados e diferidos, porém sem deixarem de se fazer sentir.

Neste contexto, opta-se por apresentar um relatório que, reportando-se a um ano concreto - 2010, não deixa, de fazer referência a anos anteriores, os quais se apresentam como ponto de referência para a análise de 2010.

A informação é apresentada em quatro capítulos principais. No primeiro apresenta-se a escola actual, numa perspectiva, histórica, legal e organizacional. O capítulo seguinte é dedicado ao desenvolvimento estratégico, dando particular destaque ao contrato de confiança e ao plano de desenvolvimento. No terceiro capítulo, apresentam-se os resultados da acção da ESEP relativos a 2010, acompanhado, sempre que se considere oportuno (e exista informação disponível comparável) por dados referentes ao triénio pós fusão e, mesmo, ao último ano de funcionamento das ex-escolas que deram origem à ESEP. No quarto capítulo, e tomando por referência o plano de desenvolvimento estratégico, faz-se uma avaliação das medidas preconizadas no plano de actividades para 2010, apresentado pelo presidente e aprovado pelo conselho geral.

A Escola Superior de Enfermagem do Porto

1. Enquadramento histórico

A Escola Superior de Enfermagem do Porto, criada de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho, entrou em funcionamento a 1 de Janeiro de 2007 e teve origem na fusão das três escolas públicas existentes no Porto: a Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, a Escola Superior de Enfermagem de São João.

A génese deste processo de fusão remonta a 2001 com a publicação do Decreto-Lei n.º 99/2001, de 28 de Março. Este decreto procede à transição da tutela das escolas de enfermagem para o Ministério da Educação e à respectiva integração em institutos politécnicos ou universidades, ou ainda, como no caso do Porto, Coimbra e Lisboa, à criação de um instituto politécnico da saúde que pretendia integrar, em cada uma das cidades, as escolas de enfermagem e de tecnologias da saúde. Esta última decisão, não foi bem recebida pelas instituições envolvidas, tendo na ocasião, a tutela, perante a proposta de fusão avançada pelas escolas de enfermagem, suspendido a aplicação do referido decreto-lei.

Finalmente, em 2004, o já referido Decreto-lei n.º 175/2004, procedeu à criação das escolas superiores de enfermagem de Porto, Lisboa e Coimbra, por fusão das escolas públicas de enfermagem existentes em cada uma das cidades. As três novas escolas foram juridicamente enquadradas como instituições de ensino superior politécnico não integradas.

Para preparar a entrada em funcionamento da ESEP, foi criada uma comissão de coordenação da fusão, constituída por três representantes¹ de cada uma das escolas, a quem, nomeadamente, competia: programar todas as medidas conducentes à fusão, estabelecendo o respectivo calendário e coordenando a sua execução; e, elaborar uma proposta de estatutos, a submeter à Assembleia Estatutária.

Aprovados os Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Porto, foram os mesmos homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2006, de 1 de Agosto, publicado no Diário da República 2.ª série n.º 158, de 17 de Agosto de 2006.

 $^{^{\}rm 1}$ O presidente do conselho directivo; o presidente do conselho científico; e o secretário.

De acordo com os Estatutos procedeu-se às eleições neles previstas, pelo que, homologados os respectivos resultados, ficaram reunidas as condições para a entrada em funcionamento da ESEP.

Em 10 de Setembro de 2007, foi publicado o novo RJIES (Lei n.º 62/2007), pelo que se tornou necessário proceder à revisão dos estatutos da ESEP de modo a adequá-los aos novos normativos legais.

Homologados os novos estatutos, tiveram lugar as eleições para os diferentes órgãos de gestão de governo. Com a tomada de posse do presidente, a 31 de Dezembro de 2009, em Janeiro de 2010, iniciou-se um novo ciclo na vida da ESEP.

2. Enquadramento legal

A Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP) tem os seus estatutos homologados pelo Despacho normativo n.º 26/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 136 — 16 de Julho de 2009.

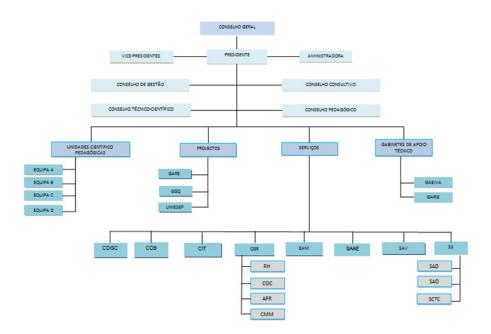
A ESEP identifica-se como uma instituição pública não integrada de ensino superior politécnico com elementos distintivos no plano nacional e internacional ao nível da excelência da formação de enfermeiros e da criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino e da investigação.

Tem por missão proporcionar ciclos de estudos, bem como outros programas de formação, orientados para o desenvolvimento de competências no domínio da Enfermagem. Paralelamente, promove investigação e programas de desenvolvimento geradores, quer de novo conhecimento disciplinar, quer de inovação em saúde.

Quanto à natureza jurídica, a ESEP é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial.

3. Estrutura organizacional (actual)

A ESEP, nos termos dos respectivos Estatutos, adopta um modelo organizacional de base matricial que se consubstancia na interacção entre projectos, unidades científico-pedagógicas, serviços e unidades diferenciadas, representados no seguinte organograma:



APR - Aprovisionamento

CDB - Centro de Documentação e Biblioteca

CDISC - Centro de Divulgação, Imagem e Serviços aos Clientes

CGR - Centro de Gestão de Recursos

CIT - Centro de Informática e Técnico

CMM - Controlo de Meios Monetários

COC - Controlo Orçamental e Contabilístico

EAM – Expediente, Arquivo e Museu

GAEIVA – Gabinete de Apoio ao Estudante e Integração na Vida Activa

GARE – Gabinete de Apoio às Relações Externas

GARIE – Gabinete de Apoio à Regulamentação e Implementação Estatutária

GGQ - Gabinete de Gestão da Qualidade

RH - Recursos Humanos

SAAE – Serviço Académicos de Apoio ao Estudante

SAD – Secretariado de Apoio a Docentes

SAO - Secretariado de Apoio aos Órgãos

SAV – Serviço de Apoio e Vigilância

SCTC – Secretariado do Conselho Técnico-Científico

SS - Serviço de Secretariado

UNIESEP – Unidade de Investigação da ESEP

Os mesmos estatutos atribuem aos órgãos² da ESEP a gestão aos diferentes níveis, pelo que o seu normal funcionamento constitui uma dimensão nuclear da actividade da escola. Conforme o previsto, depois de designadas as vice-presidentes e a administradora entrou em funcionamento, no início de 2010, o conselho de gestão. No segundo semestre, depois de aprovado o respectivo regulamento de funcionamento, iniciou funções a provedora do estudante. Conforme o previsto, realizaram-se as eleições intercalares para o conselho pedagógico o que permitiu ultrapassar o impasse decorrente da incapacidade do órgão eleger o respectivo presidente. Eleita a presidente do conselho pedagógico, o órgão entrou em funcionamento normal, no início do ano. Por razões que se prendem, sobretudo, com a tardia tomada de posse da presidente do conselho pedagógico e com a inexistência, durante alguns meses, de presidente eleito da associação de estudantes, o conselho consultivo não reuniu em 2010, o que, certamente não deixará de acontecer em 2011. O conselho geral, o presidente e o conselho técnico-científico funcionaram em conformidade com o previsto nos Estatutos.

_

² São órgãos da ESEP: o conselho geral; o presidente; o conselho de gestão; o conselho consultivo; o conselho técnico-científico; e, conselho pedagógico.

Para além dos órgãos referidos, os estatutos prevêem ainda a existência do administrador, do provedor do estudante e da associação de estudantes.

Desenvolvimento Estratégico

1. Enquadramento estratégico

A Escola desenvolveu em 2009, em parceria com a Deloitte, o Programa Estratégia-Execução (PEE) que visa a definição de uma orientação estratégica para o desenvolvimento da ESEP, num horizonte de três a cinco anos. Pretende-se com este Programa definir uma linha de rumo que dê corpo à missão, às atribuições e aos objectivos da ESEP, e que, simultaneamente, permita alinhar, coerentemente, os objectivos dos órgãos, dos serviços e de cada um dos trabalhadores à estratégia da Escola, fazendo, assim, face aos desafios actuais do ensino superior e da formação em Enfermagem. Trata-se, por isso, de um instrumento valioso e de uma ferramenta inultrapassável no planeamento do futuro da ESEP do qual se deixam algumas linhas essenciais.

1.1 Princípios Orientadores

Os Princípios Orientadores definidos para a ESEP são os seguintes:

1.1.1 Visão

A ESEP pretende ser um espaço onde se aprende uma Enfermagem mais significativa para as pessoas e a ser interventivo nos processos de cuidar em saúde.

A ESEP pretende assim, ser uma referência no ensino da Enfermagem destacando-se: na excelência do processo de ensino/aprendizagem; no desenvolvimento de competências específicas de Enfermagem; na inovação de modelos assistenciais.

A ESEP acredita numa Enfermagem que tem por foco os processos de transição centrados nas pessoas, na família e no ambiente, e aposta na aprendizagem como processo evolutivo, proactivo, de auto-desenvolvimento de competências válidas nos diferentes contextos.

1.1.2 Missão

A ESEP tem por missão proporcionar ciclos de estudos, bem como outros programas de formação, orientados para o desenvolvimento de competências no domínio da Enfermagem. Paralelamente, a ESEP tem também por missão promover investigação e programas de desenvolvimento geradores, quer de novo conhecimento disciplinar, quer de inovação em saúde. Neste sentido, na procura da máxima efectividade na sua acção, a ESEP promove estrategicamente a sua articulação com outras organizações e redes nacionais e internacionais.

1.1.3 Valores

Trabalho - participar de forma empenhada, envolvida, esforçada, com rigor e dedicação na vida da Instituição, colocando os interesses da ESEP em primeiro lugar.

Inovação - incentivo a actos ou opiniões, diferentes e criativos, que se traduzam em propostas que impliquem mudança ou renovação no processo de aprender a aprender.

Verdade - conformidade entre o pensamento e sua expressão, onde se destaca a honestidade e a transparência.

Justiça - usar a equidade no reconhecimento do mérito e no respeito pelos direitos de cada pessoa e a imparcialidade na tomada de decisão.

Cidadania - respeito pelos direitos e obrigações dos outros, envolvendo-se e usando a frontalidade e o empenho na transformação do contexto em que se insere.

Cuidado - capacidade para ajudar, ser solidário, preocupado, solícito, respeitando as diferenças e criando aproximação com os outros, preservando a segurança.

1.2 Eixos Estratégicos

Eixo 1 – Consolidar um modelo de Enfermagem mais significativo para as pessoas (os clientes dos cuidados)

A ESEP pretende afirmar-se como uma escola de referência, onde o ensino da Enfermagem se foca no desenvolvimento de competências profissionais centradas nas respostas das pessoas aos processos de transição.

Eixo 2 – Construir um cultura-de-aprender promotora do desenvolvimento profissional e pessoal

A ESEP pretende ser uma escola onde, num ambiente qualificante dirigido à aquisição de competências, se aprende a aprender.

Eixo 3 – Garantir a profissionalização da gestão através de um modelo de governo e processos adequados

A ESEP, enquanto organização que valoriza o trabalho individual, a inovação e a criatividade, promove a eficácia e a eficiência dos processos científico-pedagógicos e administrativos, com recurso sistemático às tecnologias de informação e comunicação.

Eixo 4 – Garantir a sustentabilidade da Escola nas suas vertentes económica, social e ambiental

A ESEP pretende garantir a sua sustentabilidade, através de uma preocupação com o impacto da sua actividade no ambiente, com a protecção social dos seus colaboradores e da comunidade em que se insere, equilibrando sempre a sua actuação numa vertente de sustentabilidade financeira de longo prazo.

Eixo 5 – Ser uma referência em termos da relevância do conhecimento produzido e da pertinência da oferta formativa

A ESEP pretende ter uma oferta diferenciada de formação, de prestação de serviços e de consultadoria que, garantindo elevados níveis de rigor, exigência e qualidade, vá de encontro às necessidades e às expectativas dos seus públicos-alvo.

2. Contrato de confiança

A 11 de Janeiro de 2019, foi celebrado, entre Ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior e as instituições públicas de ensino superior, o denominado Contrato de confiança no ensino superior para o futuro de Portugal.

A apresentação deste contrato baseou-se no entendimento de que o ensino superior português está na primeira linha de um dos críticos desafios do País: o da qualificação superior dos seus recursos humanos e o da sua preparação científica e tecnológica. De facto, a percentagem da população activa em Portugal que dispõe de qualificações superiores é ainda inferior a 15% e, portanto, muito baixa ainda no contexto internacional (27% é a média dos países da OCDE), como é também muito reduzida a frequência do ensino superior por activos, quer para a obtenção de qualificações de nível superior, quer para a sua actualização científica e profissional.

A exemplo de programas de combate à crise já anunciados ou lançados noutros países, tanto mais necessários em Portugal quanto é maior entre nós o défice de requalificação de diplomados, tendo em consideração a evolução do mercado de trabalho, entendeu o Governo lançar, também, uma acção de grande envergadura dirigida aos licenciados activos, empregados ou desempregados. Neste contexto, o ensino superior e o Governo comprometeram-se a criar as condições de atracção e de acolhimento de licenciados para a sua formação em mestrados de índole profissional especialmente concebidos para esse fim, abrindo oportunidades para mais 30 mil novos estudantes, em quatro anos.

As instituições de ensino superior assumiram a responsabilidade colectiva de prosseguir o esforço de reforma interna já encetado e de proceder, em parceria com o Governo, à rápida reestruturação da rede e da oferta formativa à escala nacional e regional de forma a promover a qualidade e a tornar ainda mais eficiente o uso dos recursos públicos postos à sua disposição.

As referidas instituições entenderam ainda assumir o compromisso de promover o sucesso escolar e a melhor integração dos estudantes, e de, em parceria com outras entidades, apoiar e estimular a prática da responsabilidade social dos estudantes na sociedade, através da promoção do voluntariado e da intervenção social e cultural, da formação para o empreendedorismo, e da participação de docentes e alunos em acções que visem o aumento de qualificações na sociedade portuguesa.

Por seu turno, o Governo anunciou o lançamento de um programa do reforço especial de desenvolvimento do ensino superior que, a par da renovação do compromisso com a ciência e do prosseguimento do reforço do investimento público em ciência e das condições de expansão do investimento privado em investigação e desenvolvimento, amplie o financiamento no ensino superior

público, fixe as condições de estabilidade desse financiamento, defina objectivos e exija o seu cumprimento.

Assim, o Governo e os responsáveis pelas instituições politécnicas portuguesas representadas no Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, entenderam subscrever solenemente o contrato de confiança, que incluía as bases do programa de desenvolvimento do ensino superior para 2010-2014.

As instituições de ensino superior e o Governo comprometeram-se ainda a traduzir as bases programáticas em programas de desenvolvimento detalhados, assim como aperfeiçoar e actualizar, periodicamente e de comum acordo, o programa de desenvolvimento, à luz da avaliação rigorosa do cumprimento dos seus objectivos e ainda dos contributos que todas as instâncias relevantes, na sociedade civil assim como no próprio sistema de ensino superior, entendam dar para a sua revisão e adaptação às exigências do País.

3. Programa específico de desenvolvimento da ESEP: um compromisso com a melhoria da formação de enfermeiros

Do programa específico de desenvolvimento da Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP), aprovado pelo Conselho Geral com base nos compromissos assumidos no contrato de confiança celebrado entre o Governo e a ESEP destacam-se, a seguir, alguns dos seus aspectos mais determinantes para o aumento da oferta formativa e para a melhoria da formação de enfermeiros.

Pese embora, o valor previsto para as transferências do Orçamento de Estado para a ESEP, em 2010, ser inferior ao que seria expectável, o que determina partir para a sua concretização em condições bem menos favoráveis do que as desejáveis, não está em causa a importância e a enorme relevância do contrato de confiança celebrado com o Governo, nem o alinhamento da ESEP com os seus propósitos e o forte empenho na sua consecução. De facto, o programa específico de desenvolvimento deu novo alento ao plano estratégico antes aprovado para a ESEP, constituindo um valioso instrumento para a consolidação do seu modelo de desenvolvimento.

Entre as medidas do programa específico de desenvolvimento — apenas implementáveis em razão da existência do contrato de confiança — destacam-se, de seguida, algumas das principais, que a ESEP se comprometeu a concretizar até ao final de 2013 (sem reduzir a actual oferta formativa de 1.º ciclo que, apesar de se situar nas 300 vagas/ano, continua a ser inferior à procura):

Crescer o número de vagas em mestrados profissionais para 180 estudantes/ano, a partir do ano lectivo 2010/2011, assegurando um aumento de 720 vagas até 2013 e um número efectivo de diplomados (2.º ciclo), até esse mesmo ano, de 396 enfermeiros;

Reconfiguração faseada do corpo docente, na sequência do previsto no ECDESP, atingindo os 130 docentes, até 2013;

Reforço do investimento na qualificação do corpo docente de modo a que em 2013, 60% dos actuais docentes da ESEP estejam habilitados com o doutoramento e, considerando as novas admissões, 70% do total dos docentes estimado para esse ano tenham o doutoramento ou o título de especialista;

Aumentar a actual taxa de sucesso escolar (na ordem dos 92%) para valores próximos dos 95%;

Participar, no âmbito do protocolo de cooperação com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS-UP), na formação de activos orientada para prosseguimento dos programas de mestrado académicos (25 vagas) e doutoramento em enfermagem (50 vagas), desenvolvidos em parceria com a ESEP;

Disponibilizar programas de formação (integral ou parcialmente) em plataformas de *e-learning*, crescendo o número de vagas em ensino à distância, para 30/ano, em 2013;

Flexibilizar os horários, os regimes de frequência e de avaliação dos cursos, adequando-os às necessidades dos diferentes públicos, sejam estudantes com estatutos especiais, sejam estudantes em programas de mobilidade, crescendo o número de estudantes em ensino nocturno, passando os cursos de mestrado da ESEP a funcionar em regime pós-laboral;

Diversificar a oferta formativa, alargando a possibilidade de inscrição e frequência a novas unidades curriculares isoladas e a conjuntos coerentes destas (cursos pós-graduados);

Reforçar a investigação aplicada através da consolidação da unidade de investigação da ESEP (UNIESEP) e do seu reconhecimento pela FCT, em 2011.

Apresentação de resultados

1. Da oferta formativa

1.1 Cursos em funcionamento (2006-2010)

Quadro 01 - Vagas dos cursos em funcionamento, por ano lectivo

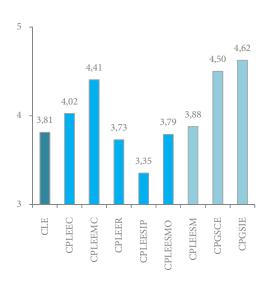
		A	no lecti	νο	
Cursos		2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010 /11
Curso de Licenciatura de Enfermagem	330	304	304	304	304
CPLE em Enfermagem Comunitária	a)	30	30	30	
CPLE em Enfermagem Médico-Cirúrgica			30	30	
CPLE em Enfermagem de Reabilitação	a)	a)	25	25	
CPLE em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	a)	30		30	
CPLE em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	a)		30	30	
CPLE em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	a)	30	30	30	
Mestrado em Enfermagem Comunitária					30
Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica					30
Mestrado em Enfermagem de Reabilitação					30
Mestrado em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria					30
Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia					30
Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria					30
Pós-Graduação em Enfermagem Gerontogeriátrica	25				
Pós-Graduação em Enfermagem de Família	25				
Pós-Graduação em Prevenção e Controlo de Infecção	25				
Pós-Graduação em Supervisão Clínica em Enfermagem	30			30	30
Pós-Graduação em Sistemas de Informação em Enfermagem				30	30
Pós-Graduação em Enfermagem Avançada				30	15
Unidades Curriculares Isoladas					b)
TOTAL	435*	394*	449	569	559

a) Dados não disponíveis; b) Foram disponibilizadas 15 vagas para cada uma das 75 UCI; * Dados parciais.

1.2 Avaliação pelos estudantes dos cursos em funcionamento

A avaliação dos cursos em funcionamento na ESEP, a seguir apresentada, resulta do cálculo da média dos scores obtidos na avaliação realizada pelos estudantes sobre cada unidade curricular dos cursos em funcionamento na ESEP (Curso de Licenciatura em Enfermagem, Cursos de Pós-Licenciatura e Cursos de Pós-graduação). A avaliação teve por base a questão "Diga-nos, como classifica no global esta Unidade Curricular", cuja escala de medida foi uma Escala de Likert de 5 pontos (5 - Muito Bom 4 - Bom, 3 - Suficiente, 2 - Medíocre e 1 - Mau).

Figura 01 - Avaliação global dos cursos (2009/10)



Do gráfico anterior podemos concluir que a avaliação de todos os cursos é superior a 3,0, o que significa uma avaliação globalmente positiva dos cursos em funcionamento na ESEP. De notar que em alguns cursos (CPLEEC, CPLEEMC, CPGSCE e CPGSIE) a avaliação é de Bom.

Também a avaliação realizada pelos estudantes que frequentaram Unidades Curriculares Isoladas dos cursos em funcionamento na ESEP foi de 4,14.

2. Ingresso na ESEP

2.1 Candidatura ao CLE

A ESEP foi o sexto estabelecimento de ensino com maior número de vagas no concurso nacional de acesso ao ensino superior (270), no ranking dos 10 pares estabelecimento/curso com maior número de vagas no ano 2010 (Direcção Geral do Ensino Superior, concurso nacional de acesso 2010).

No ano lectivo 2010/2011, o número total de candidatos ao Curso de Licenciatura em Enfermagem na ESEP foi de 1166. Destes, o número de estudantes que seleccionaram a ESEP como primeira opção foi de 391 (38,5%). No que se refere à classificação dos candidatos à ESEP, podemos referir que as classificações do último colocado pelo contingente geral, de acordo com as diferentes fases de candidatura, foram a seguintes: 1.ª fase - 159; 2.ª fase - 154; 3.ª fase - 153.

A pontuação obtida na primeira fase (159) constitui a classificação mais elevada entre todos os pares estabelecimento/curso de licenciatura em enfermagem. A classificação média de ingresso dos estudantes inscritos no 1.º ano do CLE é de 163.

Índice de satisfação na procura da ESEP

Considerando que o índice de satisfação da procura da Escola é igual ao rácio entre o número de preferências em primeira opção e número de vagas disponíveis, o seu valor, no final da 1.ª fase de colocação de estudantes é de 1,45.

Índice de ocupação da ESEP

Considerando que o índice de ocupação da Escola é o rácio entre o número de estudantes colocados que concretizaram a matrícula e as vagas iniciais disponíveis, o seu valor, no final da 1.ª fase de colocação é de 0.90. No final da última fase de colocações, ou seja, decorridas as três fases de colocação de estudantes na ESEP, o seu índice de ocupação é de 1,04 (incluindo reingressos).

2.1.1 Estudantes inscritos em tempo parcial

A generalidade dos estudantes inscreveu-se no regime de frequência a tempo inteiro no CLE, com excepção de 10 estudantes (3,4%) que se inscreveram a tempo parcial.

2.1.2 Características mais valorizadas na escolha da instituição de ensino

Questionados os estudantes inscritos no 1.º ano do CLE (N=247) sobre as características que mais privilegiaram na escolha de uma instituição de Ensino Superior. As respostas foram codificadas numa

escala de 3 pontos (pouco importante, importante, muito importante). Apresentamos em seguida as características que os estudantes consideraram "muito importante", em valores percentuais.

Quadro 02 - Características das instituições de ensino superior consideradas"muito importantes"

Características das instituições	fr
Qualidade do ensino	98,8%
Taxa de colocação o mercado de trabalho	88,3%
Qualidade do corpo docente	82,2%
Condições de estudo	64,8%
Serviços de apoio ao estudante	60,3%

2.1.3 Razões para a escolha do Curso de Licenciatura em Enfermagem

Quanto às motivações que levaram os estudantes a escolher o CLE, para o conhecimento das mesmas, foram colocadas algumas afirmações que deveriam ser seleccionadas com uma escala dicotómica (sim e não). As afirmações com maior número de respostas "sim" foram as seguintes:

- 1. Interesse pela área científica n=230; 93,1%;
- 2. Nota média de entrada n=74; 30%;
- 3. Saídas profissionais n=72; 29,1%.

2.1.4 Fontes de informação no conhecimento do CLE / ESEP

Os estudantes referem a informação disponibilizada pelo Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES) como fonte privilegiada a que recorreram (n=91; 36,8%), seguida da informação de amigos (n=56; 22,7%). Restantes respostas podem ser observadas no quadro/gráfico seguinte.

Quadro 03 – Fontes de informação mais utilizadas pelos estudantes

Fontes de informação	n	fr	fr cum
Informação de amigos	56	22,7	22,7
Sugestão dos familiares	25	10,1	32,8
Eventos de orientação escolar	22	8,9	41,7
Informação de professores do ensino secundário	21	8,5	50,2
Informação do MCTES	91	36,8	87,0
Material promocional da ESEP	12	4,9	91,9
Outra	20	8,1	100
TOTAL	247	100	

2.2 Estudantes matriculados

Quadro 04 - Número de estudantes matriculados, por curso e ano lectivo

Ano lectivo			10		
Cursos		2007/8	2008/9	2009/0	2010/1
Curso de Complemento de Formação	42	130			
Curso de Licenciatura de Enfermagem	967	1204	1142	1087	1118
CPLE em Enfermagem Comunitária	79	28	28	31	1
CPLE em Enfermagem Médico-Cirúrgica			30	30	
CPLE em Enfermagem de Reabilitação	50	25	29	25	7
CPLE em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	89	74	26	31	2
CPLE em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	88	26	30	52	25
CPLE em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria		91	30	31	2
Mestrado em Enfermagem Comunitária					47
Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica					43
Mestrado em Enfermagem de Reabilitação					56
Mestrado em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria					49
Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia					32
Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria					36
Pós-Graduação em Enfermagem Gerontogeriátrica	20				
Pós-Graduação em Enfermagem de Família	25				
Pós-Graduação em Prevenção e Controlo de Infecção	23				
Pós-Graduação em Supervisão Clínica em Enfermagem	19			30	34
Pós-Graduação em Sistemas de Informação em Enfermagem				27	21
Pós-Graduação em Enfermagem Avançada				4	3
Programas de Mobilidade de Estudantes	9				6
Unidades Curriculares Isoladas				60	73
TOTAL	1411	1578	1315	1408	1555

Figura 02 – Evolução do número de estudantes matriculados no CLE (2006-2010)

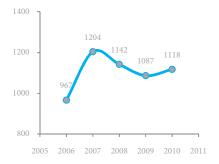
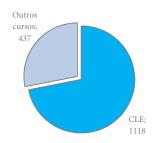


Figura 03 – Distribuição do número de estudantes em formação pré e pós-graduada (2010)

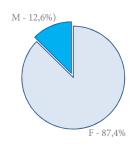


2.3 Caracterização do estudantes 1.º ano CLE

2.3.1 Dados sócio-demográficos dos estudantes

a) Sexo

Figura 04 – Distribuição de estudantes por sexo (N=293)



Os estudantes do 1.º ano do CLE (ano lectivo 2010/2011) são maioritariamente do sexo feminino (87,4%).

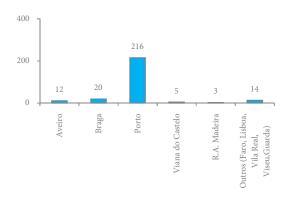
b) Idade

Os estudantes do CLE têm uma média de idade de 19 anos, com um mínimo de 17 e um máximo de 39 anos de idade.

c) Origem dos estudantes

No gráfico seguinte pode ver-se a distribuição de estudantes (inscritos na primeira fase), por distrito de origem (N= 270).

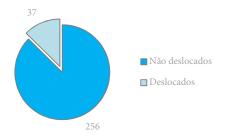
Figura 05 - Distribuição dos estudantes por distrito de origem



A maioria dos estudantes tem origem no distrito do Porto, seguindo-se os distritos contíguos (Braga e Aveiro).

d) Residência dos estudantes em tempo de aulas

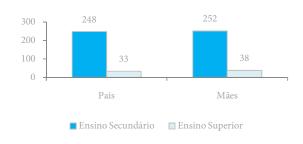
Figura 06 – Local de residência em tempos de aulas



Como é possível verificar no gráfico seguinte, 37 (12,6%) estudantes são deslocados.

e) Nível de escolaridade dos pais dos estudantes

Figura 07 - Nível de escolaridade dos pais



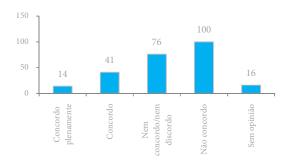
No que se refere à escolaridade dos pais dos estudantes do 1.º ano do CLE, na sua maioria têm o ensino secundário. Uma pequena minoria tem formação superior, entre eles, o bacharelato, a licenciatura, o mestrado e o doutoramento.

f) Estudantes trabalhadores

Entre os estudantes do 1.º ano CLE (N=247), 21 (8,5%) são trabalhadores estudantes, dos quais seis (2,4%) a tempo inteiro e 15 (6,1%) a tempo parcial. Estes trabalhadores estudantes ocupam, essencialmente, profissões técnicas, de nível intermédio, pessoal de serviços, vendedores, e outras não-qualificadas.

g) Capacidade económica para assegurar os estudos

Figura 08 – Grau de concordância com a frase "Eu possuo rendimento suficiente para fazer face às minhas despesas mensais"

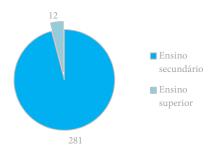


Da totalidade dos estudantes inquiridos (N=247), cerca de 40,5% (n=100) consideram não ter recursos financeiros adequados às suas necessidades (avaliado numa escala de Likert com 5 pontos).

2.3.2 Percurso académico dos estudantes

a) Habilitações literárias anteriores ao curso actual

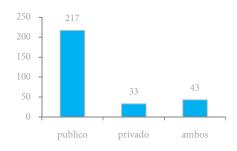
Figura 09 - Habilitações literárias anteriores



A quase totalidade dos estudantes tem como habilitações literárias prévias à entrada do CLE, o ensino secundário. Apesar de minoritária (n=12; 4,1%) já tem alguma representação o número de estudantes que ingressam no CLE já habilitados com um curso superior, nomeadamente uma outra licenciatura (n=10; 3,4%), o bacharelato (n=1; 0,3%) e o mestrado (n=1; 0,3%).

b) Natureza do estabelecimento de ensino onde o estudante concluiu a formação secundária

Figura 10 - Tipo de estabelecimento de ensino secundário de origem (por tipo)



Na amostra inquirida (N=247) nota-se que a maioria dos estudantes ingressaram via ensino público (n=217). Da amostra 88,7% (n=219) ingressaram no ensino superior imediatamente após o término do ensino secundário. É de notar, no entanto, que 12 estudantes (4,9 %) esperaram 3 anos ou mais para ingressar no ensino superior.

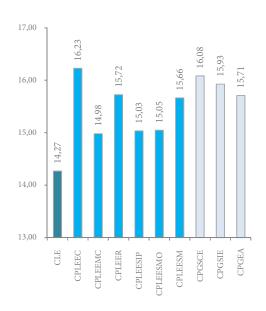
3. Sucesso escolar

3.1 Resultados da aprendizagem

3.1.1 Classificações dos estudantes dos cursos em funcionamento na ESEP (ano lectivo 2009/10)

a) Média das classificações finais das unidades curriculares dos cursos

Figura 11 - Média das classificações finais das UC dos cursos em funcionamento na ESEP

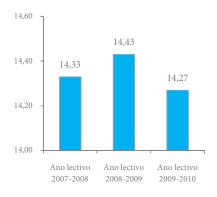


As classificações apresentadas resultam do cálculo da média das classificações finais obtidas pelos estudantes que tiveram aproveitamento nas unidades curriculares que constituem os cursos (de licenciatura, de pós-licenciatura de especialização e de pós-graduação).

A média mais baixa situa-se na formação de 1.º ciclo (CLE), seguindo-se o Curso de Pós-Licenciatura de Enfermagem Médico-Cirúrgica. A média mais alta situa-se no curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária.

A média das classificações dos estudantes que frequentaram Unidades Curriculares Isoladas dos Cursos em funcionamento na ESEP, no ano lectivo 2009-2010, foi de 15.04.

Figura 12 - Classificações médias dos estudantes do CLE



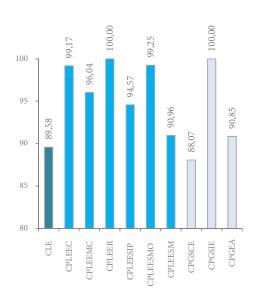
Nas classificações obtidas pelos estudantes do CLE entre os anos lectivos 2007-2008 e 2009-2010, podemos constata-se que a média das classificações obtidas nas unidades curriculares do curso se mantêm em 14 valores, com ligeiras oscilações decimais.

b) Rácios dos cursos em funcionamento na ESEP

Rácio Aprovados / Avaliados

Os resultados apresentados resultam do cálculo do valor médio do rácio *Aprovados / Avaliados* de todas as unidades curriculares dos diferentes cursos em funcionamento na ESEP.

Figura 13 - Rácio Aprovados/Avaliados, por curso



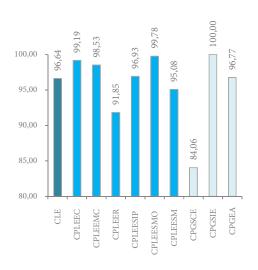
No CPLEER e no CPGSIE, todos os estudantes avaliados obtiveram aproveitamento às unidades curriculares dos cursos, no ano lectivo 2009-2010. Os cursos com um rácio *Aprovados / Avaliados* inferior foram o CPGSCE e o CLE.

Os estudantes inscritos em unidades curriculares isoladas dos cursos, apresentaram um rácio aprovados/avaliados ainda inferior (76.35), o que indica um menor aproveitamento em geral.

Rácio Avaliados / Inscritos

Os resultados apresentados resultam do cálculo do valor médio do rácio *Avaliados / Inscritos* de todas as unidades curriculares dos diferentes cursos em funcionamento.

Figura 14 - Rácio Avaliados/Inscritos, por curso



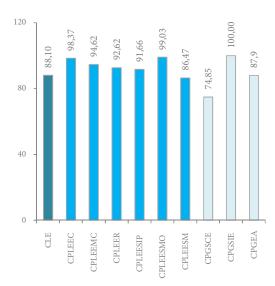
A razão entre os estudantes avaliados e inscritos no CPGSCE é também mais baixa, o que poderá indicar um número significativo de estudantes que abandonaram o curso (84.06). Os restantes cursos apresentam valores elevados neste rácio.

Em contrapartida, todos os estudantes inscritos em unidades curriculares isoladas dos cursos, foram avaliados, o que indica permanência no acompanhamento da unidade curricular.

Rácio Aprovados / Inscritos

Os resultados apresentados resultam do cálculo do valor médio dos rácio *Aprovados / Inscritos* de todas as unidades curriculares dos diferentes cursos em funcionamento na ESEP.

Figura 15 – Rácio Aprovados/Inscritos, por curso



Em consonância com os resultados anteriores, os estudantes do CPGSCE apresentam um rácio *Aprovados / Inscritos* inferior, sustentando a hipótese de maior abandono do curso.

Os restantes cursos apresentam um elevado rácio Aprovados / Inscritos sendo que no CPGSIE todos os estudantes inscritos foram aprovados.

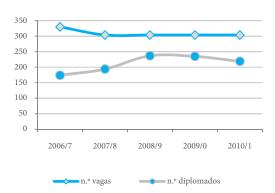
Os estudantes inscritos em unidades curriculares isoladas dos cursos, apresentam um rácio de 76.35, corroborando com as indicações de baixo aproveitamento escolar por parte destes estudantes.

3.2 Diplomados

Quadro 05 - Número de diplomados por curso

		Ano lectivo					
Cursos em funcionamento na ESEP	2006/07	2007 /08	2008 /09	2009 /10	2010/11		
Curso de Complemento de Formação	203	19					
Curso de Licenciatura de Enfermagem	174	194	237	235	219		
CPLE em Enfermagem Comunitária			25	26	29		
CPLE em Enfermagem Médico-Cirúrgica				29	26		
CPLE em Enfermagem de Reabilitação	25		22	26	18		
CPLE em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria		23	47	22	25		
CPLE em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia		27	26	1	26		
CPLE em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria			27	29	25		
Pós-Graduação em Supervisão Clínica em Enfermagem		17			27		
Pós-Graduação em Sistemas de Informação em Enfermagem					27		
Total	416	280	384	368	422		

Figura 16 - Distribuição do n.º de vagas e do n.º de diplomados do CLE



Da análise destes dados poderemos intuir que o número total de alunos deverá aumentar, contudo e se olharmos para o total de alunos inscritos no CLE verificamos que existe alguma discrepância, o que nos alerta para um nível de abandono que decerto merecerá um olhar e análise a breve trecho.

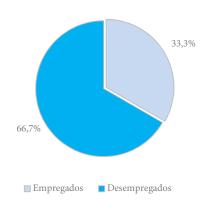
4. Empregabilidade

A ESEP iniciou, no ano 2010, um estudo sistemático no domínio da empregabilidade dos licenciados na ESEP. Este estudo, de cariz longitudinal, em desenvolvimento pelo GAEIVA, tem como objectivo a monitorização e controlo da empregabilidade dos estudantes 6 e 12 meses após o término do CLE. A primeira fase do estudo, ainda em curso, que inclui os licenciados que terminaram o curso no final de Julho de 2010, apresenta os seguintes resultados parcelares:

Dos 45 licenciados que responderam ao questionário, 36 (80%) são do sexo feminino e 9 (20%) do sexo masculino, com uma média de idades de 22,6 anos.

Da totalidade dos respondentes, 15 (33,3%) estão empregados.

Figura 17 -N.º de empregados e desempregados entre os recém-formados no CLE



Dos 15 empregados, apenas um não exerce as funções na área de enfermagem (recepcionista). Dos enfermeiros empregados (n=14), doze exercem a profissão na região norte, um na região sul e outro em Inglaterra.

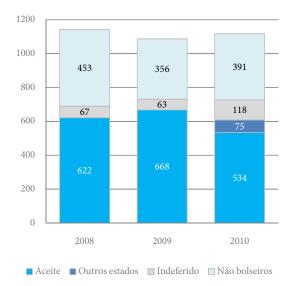
Oito destes enfermeiros exercem a actividade profissional no sector privado. Relativamente à carga horária laboral, cerca de metade trabalha 40 horas semanais ou mais e usufrui de um rendimento médio mensal entre 500 e 1500

euros. Encontram-se satisfeitos com as relações de trabalho estabelecidas com os colegas e com os superiores hierárquicos, com a sua responsabilidade e autonomia na prestação de cuidados de enfermagem. Em contrapartida, encontram-se muito pouco satisfeitos com as condições de trabalho.

Estes enfermeiros empregados consideram que a existência de um número elevado de licenciados em enfermagem é a principal dificuldade na obtenção de emprego e que a classificação final do CLE é pouco determinante. Para obterem emprego utilizaram múltiplas estratégias, sendo, na sua opinião, as mais eficazes, o envio de candidaturas espontâneas, a respostas a anúncios de emprego e os contactos pessoais.

5. Acção social - Bolsas de estudo

Figura 18 - Evolução dos candidatos a bolsa de estudo por estado do processo



Dos dados do presente gráfico note-se que os candidatos a bolsa rondam os 60% do total de estudantes e que a percentagem efectiva de bolseiros é por norma superior a 50%.

6. Mobilidade

6.1 Mobilidade Erasmus

A mobilidade Erasmus é um programa sectorial integrado no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida / Lifelong Learning Programme (PROALV/LLP) que tem por objectivo promover o intercâmbio, a cooperação e a mobilidade de estudantes, de docentes e trabalhadores não docentes, entre os sistemas de ensino dos países do espaço europeu.

a) Acordos bilaterais 2007/2009 e 2009/2013

Quadro 06 - Número de instituições com acordos bilaterais por país (2007/09 e 2009/13)

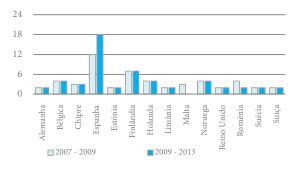
País	2007/09	2009/13
Alemanha	1	1
Bélgica	2	2
Chipre	1	1
Espanha	5	7
Estónia	1	1
Finlândia	3	3
Holanda	2	2
Lituânia	1	1
Malta	1	0
Noruega	1	1
Reino Unido	1	1
Roménia	1	1
Suécia	1	1
Suiça	1	1

b) Vagas de mobilidade outgoing

Quadro 07 – Vagas para mobilidade outgoing por grupo (2007-2009 e 2009-2013)

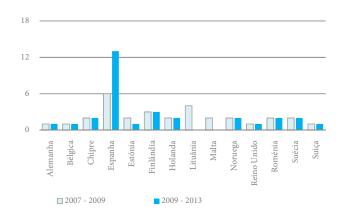
Grupo	2007/09	2009 /13
Estudantes	53	54
Docentes	31	29
Não docentes	10	17

Figura 19 – Países de destino da mobilidade estudantes (outgoing - 2007-2009 e 2009-2013)



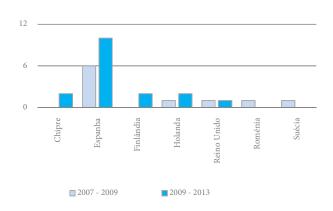
O país mais procurado para mobilidade é a Espanha que apresenta uma tendência de crescimento, seguido da Finlândia que mantém alguma estabilidade na procura.

Figura 20 - Países de destino da mobilidade docente (outgoing 2007-2009 e 2009-2013)



O país mais procurado para a mobilidade docente é a Espanha, que apresenta um forte incremento no acordo 2009/13. Por outro lado, países como a Lituânia e Malta deixaram de ser procurados para a mobilidade docente.

Figura 21 - Países de destino da mobilidade não docente (outgoing 2007-2009 e 2009-2013)



O país mais procurado para a mobilidade não docente é também a Espanha, com um aumento significativo da procura no ano 2009/13. A Finlândia e o Chipre passaram a ser destino de mobilidade não docente, ao contrário da Roménia e da Suécia que deixaram de o ser.

c) Financiamento da mobilidade

A mobilidade Erasmos é globalmente financiada através de verbas anualmente atribuídas pela agência nacional PROALV, em função da execução do ano anterior e das candidaturas apresentadas. A ESEP, em caso de necessidade, comparticipa no financiamento destes programas.

Quadro 08 - Verbas totais para a mobilidade Erasmus (2006/07 a 2010/11)

Ano lectivo	Verba atribuída	Verba devolvida	Verba financiada/ESEP
2006/07	42.614,01 €	1.627,90 €	-
2007/08	58.345,90 €	725,48 €	3.622,35 €
2008/09	41.537,30 €	835,03 €	-
2009/10	23.438,00 €	11.744,39 €	1.228,00 €
2010/11	29.428,00 €	Em execução	-

A diminuição atribuída pela agência nacional nos anos de 2008/09 e 2009/10 resultou da redução significativa no número de candidaturas de estudantes. A verba devolvida em 2009/10 decorre do número elevado de desistências de estudante cuja candidatura tinha sido aceite.

Quadro 09 - Mobilidade estudante (outgoing/incoming - 2006/07 a 2010/11)

Ano lectivo	Estudantes Outgoing	Verba atribuída	Verba devolvida	Verba financiada/ESEP	Estudantes Incoming
2006/07	31	32.377,11 €	- €	- €	8
2007/08	32	42.297,65 €	4,65 €	3.622,35 €	22
2008/09	27	29.545,00 €	- €	- €	14
2009/10	6	16.553,00 €	10.263,00 €	- €	9
2010/11	9	20.133,00 €	Em execução	- €	5

Quadro 10 - Mobilidade docente (outgoing/incoming - 2006/07 a 2010/11)

Ano lectivo	Docentes Outgoing	Verba atribuída	Verba devolvida	Verba financiada/ESEP	Docentes Incoming
2006/07	13	10.236,90 €	1.627,90 €	- €	2
2007/08	9	15.129,00 €	3.682,00 €	- €	2
2008/09	9	10.159,80 €	652,53 €	- €	1
2009/10	6	5.355,00 €	1.473,51 €	933,00 €	4
2010/11	8	7.435,00 €	Em execução	- €	2

Quadro 11 - Mobilidade não docente (outgoing - 2006/07 a 2010/11)

Ano lectivo	Mobilidades realizadas	Verba atribuída	Verba devolvida	Verba financiada/ESEP
2006/07	0	-	-	-
2007/08	2	919,25 €	0,25 €	-
2008/09	2	1.832,50 €	182,50 €	-
2009/10	2	1.530,00 €	7,88 €	295,00 €
2010/11	2	1.860,00 €	Em execução	-

6.2 Mobilidade Vasco da Gama

O Programa Vasco da Gama é um programa de mobilidade de estudantes entre instituições portuguesas de ensino superior.

Quadro 12 – Fluxos de mobilidade e comparticipação no Programa Vasco da Gama (2007/08 a 2010/11)

Ano lectivo	Estudantes outgoing	Comparticipação da ESEP	Estudantes incoming
2006/07	0	-	1
2007/08	4	390,00 €	2
2008/09	1	-	3
2009/10	1	96,00 €	1

7. Actividades culturais e académicas

7.1 Grupo de Teatro da ESEP

O grupo de teatro ESEP iniciou a sua actividade em 5 de Dezembro de 2008. Integra estudantes, docente e ex-estudantes, num total de 20 elementos. A ESEP financiada o grupo de teatro suportando os custos do encenador. O grupo fez apresentações públicas no dia da escola, na festa de Natal e participou ainda no festival de teatro: cidadania e igualdade de género, em Dezembro de 2010.

Quadro 13 - Participantes no grupo de Teatro da ESEP (2008-2010)

Elementos participantes	2008	2009	2010
Estudantes	9	9	12
Docentes	4	4	4
Ex-estudantes	2	4	4
TOTAL	15	17	20

7.2 Tunas da ESEP

As tunas existentes na ESEP, no geral, assumiram-se como herdeiras de tunas existentes nas escolas que deram origem à ESEP. Até ao momento, ainda não foi possível obter o consenso que permita a fusão de algumas, pelo que todas mantêm a sua actividade. A ESEP comparticipa com uma verba anual as actividades das tunas, até 2009 distribuída homogeneamente pelas quatro tunas, mas, a partir de 2010 discriminando positivamente as que desenvolveram mais actividades, em particular no espaço escolar, e envolveram um maior número de estudantes.

Quadro 14 - Início de actividade das tunas da ESEP

Tuna	Início de actividade
Tuna Feminina de Enfermagem do Porto	21-01-2000
Tuna Académica de Enfermagem do Porto	15-11-1999
Tuna Mista de Enfermagem do Porto	30-01-2007
TUNAlidade – Tuna Feminina da Escola Superior de Enfermagem	26-10-2004

Quadro 15 – Estudantes participantes nas tunas da ESEP (2007-2010)

Tuna	2007	2008	2009	2010
Tuna Feminina de Enfermagem do Porto	0	28	24	19
Tuna Académica de Enfermagem do Porto		14	21	19
Tuna Mista de Enfermagem do Porto		25	15	15
TUNAlidade – Tuna Feminina da ESEP		14	15	12

Quadro 16 - Número de actividades no espaço escolar (2007-2010)

Tuna	2007	2008	2009	2010
Tuna Feminina de Enfermagem do Porto	0	6	5	2
Tuna Académica de Enfermagem do Porto	5	4	5	3
Tuna Mista de Enfermagem do Porto	3	3	3	3
TUNAlidade – Tuna Feminina da ESEP	5	4	4	3

Quadro 17 - Número de actividades fora do espaço escolar (2007-2010)

Tuna	2007	2008	2009	2010
Tuna Feminina de Enfermagem do Porto	0	17	14	12
Tuna Académica de Enfermagem do Porto	17	15	14	17
Tuna Mista de Enfermagem do Porto	30	30	30	30
TUNAlidade – Tuna Feminina da ESEP	8	9	8	7

8. Das actividades de investigação e divulgação científica

8.1 Investigação e projectos

8.1.1Projectos em desenvolvimento na UNIESEP

- A qualidade de vida como critério de decisão em cuidados de saúde (ponderação ética) FRANÇA,
 Ana Paula; MENDES, Alda; OURIVES, Alzira; PINTO, Cristina Barroso; BORGES, Elizabete;
 RIBEIRO, Isabel; RIBEIRO, Teresa Tomé.
- Qualidade de Vida da Pessoa Portadora de Traqueostomia SANTOS, Célia, FERREIRA, Teresa;
 NAZARÉ, Teresa; MEIRELES, M.F. e TEIXEIRA, C.M.
- Stresse e Qualidade de Vida dos veteranos da guerra colonial e seu impacto na família SANTOS,
 Célia; FERREIRA, T.R.; NAZARÉ, T.L.; MEIRELES, M.F. e TEIXEIRA, C.M.
- Saúde e Qualidade de Vida em Pessoas Saudáveis SANTOS, Célia; FERREIRA, Teresa; MARTINS,
 Teresa e SEQUEIRA, Carlos.
- Representação social do cancro entre os estudantes de enfermagem PINTO Cândida; PINTO,
 Cristina; CERQUEIRA, Carla.
- Estudo das concepções infantis sobre saúde e doença avaliadas através da escrita e representação gráfica – LIMA, Lígia; LEMOS, Marina; LEMA, Brígida.
- Educação sexual e promoção da saúde nas escolas. Contextos e pretextos para um projecto de vida –
 MARTINS, Teresa; ABREU, Margarida; PEIXOTO, Maria José; GRILO, Maria Rui; BORGES,
 Elisabete; BULCÃO, Emilia; FERREIRA, Teresa Rodrigues; TOMÉ, Teresa; NUNES, Ermelinda.
- Qualidade de vida dos alunos do curso de licenciatura em enfermagem BASTOS, Fernanda,
 LUMINI, Maria José; GRILO, Maria Rui; FREIRE, Rosa; MARTINS, Teresa.
- Saúde/doença: uma revisão sistemática da literatura BASTOS, Fernanda, LUMINI Maria José,
 PIRES, Regina; FREIRE, Rosa.
- A Saúde de Quem Trabalha em Saúde: Enfermeiros e Stresse no Trabalho FERREIRA, Teresa Rodrigues; BORGES, Elizabete; NAZARÉ, Teresa; SEQUEIRA, Carlos; FERREIRA, Luís Miguel.
- Diagnósticos e intervenções de enfermagem no serviço de intervenção intensiva do HML –
 FERREIRA, Teresa; CARVALHO, José Carlos; AGUIAR, José; SANTOS, Idalina.
- Enfermagem e famílias. Práticas dos Enfermeiros no contexto dos CSP da Região Norte MARTINS,
 Manuela; FIGUEIREDO, Maria do Céu Barbieri; FIGUEIREDO, Maria Henriqueta; FERNANDES,
 Ilda; MARTINHO, Maria Júlia; ANDRADE, Luisa; OLIVEIRA, Palmira; VILAR, Ana Isabel;
 CARVALHO, José Carlos; FERREIRA, Maria Margarida.

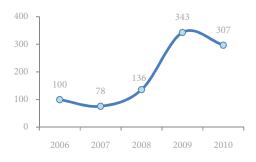
- Formar para Cuidar a Família FIGUEIREDO, Maria Henriqueta; FIGUEIREDO, Maria Do Céu Barbieri; MARTINS, Manuela; MARTINHO, Maria Júlia; ANDRADE, Luísa; OLIVEIRA, Palmira.
- Família de gémeos MARTINS, Manuela; ANDRADE, Luísa; FREITAS, Maria Luciana; DINIS, Sónia; PEREIRA, Raquel; FREITAS, Alice; COSTEIRA, Maria José; VITORINO, Isaltina; BASTOS, Ana Luísa; REBELO, Maria José; BASTOS, Maria José.
- Qualidade de vida dos pais da criança com doença crónica OLIVEIRA, Manuel Fernando;
 REISINHO, Conceição; CARVALHO, Fernanda.
- Cuidadores Informais do Idoso: do levantamento das necessidades ao desenvolvimento de estratégias de intervenção - ABREU, Margarida; ABREU, Wilson; COSTA, Nilza; FREITAS, Susana; SANTOS, Silvia e outros.
- Qualidade de vida do adolescente com fibrose quística OLIVEIRA, Manuel Fernando; REISINHO,
 Conceição; CARVALHO, Fernanda.
- Avaliação da Aprendizagem em Ensino Clínico no Curso de Licenciatura em Enfermagem –
 CARVALHO, Luís Projecto de âmbito nacional apoiado pelas Escolas Superiores de Enfermagem.
- Formação e aprendizagem em ensino clínico: subsídios para intervenções de natureza didáctica –
 ABREU, Wilson Projecto de âmbito nacional apoiado pelas Escolas Superiores de Enfermagem (com Aida Mendes, Joaquim Amendoeira, Rosa Carvalhal, Teresa Antunes).
- Effective nurse student supervision in clinical practice: a comparative study in Izmir and Porto ABREU, Wilson; SEREN, Seyda.
- Atitudes, Concepções e Práticas dos Enfermeiros na Prestação de Cuidados à Famílias em Cuidados de Saúde Primários. Coordenadora do projecto: BARBIERI, Maria do Céu.
- Portal de apoio ao cidadão: um contributo para o empowerment em saúde dos clientes. Coordenador do projecto: SOUSA, Paulino Artur.
- Supervisão Clínica para a Segurança e Qualidade dos Cuidados. Coordenador do projecto:
 CARVALHO, António Luís.
- Famílias que integram dependentes no auto-cuidado estudo de base populacional na região Norte de Portugal. Coordenador do projecto: PINTO, Cândida.
- Modelo Dinâmico de Avaliação e Intervenção Familiar: Um olhar apreciativo rumo a uma mudança de acção transformativa em Cuidados de Saúde Primários. Coordenadora do projecto: FIGUEIREDO, Henriqueta.

8.1.2 Projectos não integrados na UNIESEP em que participam docentes internos

- Funcionamento Psicológico em crianças hospitalizadas com doença crónica: O sistema criança e o sistema família Projecto que se insere em outro de âmbito internacional 'Fattori di funzionamento psicologico nell'ospedalizzazione pediátrica: Il sistema bambino e il sistema famiglia' sediado no Departamento de Psicologia da Universita'Degli Studi Di Palermo que inclui investigadores da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da U. Porto e uma investigadora da ESEP, como membro da equipe de investigação.
- Perturbações afectivo-emocionais Prevalência da Depressão, Ansiedade e Stresse em Cuidados de Saúde Primários - Projecto integrado na Unidade de Investigação em Ciências de Saúde no Domínio de Enfermagem (UICiSA-dE) - Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, em que uma docente da ESEP participa como membro da equipa do projecto.
- Training Requirements and Nursing Skills for Mobility TRaNSforM Projecto no âmbito do Programa Leonardo da Vinci - Inclui o Reino Unido (Coordenador do Projecto), a Finlândia, a Irlanda, a Bélgica, a Turquia, a Alemanha e Portugal (ESEP) (2010-2012).

8.1.3 Publicações e comunicações dos docentes

Figura 22 – Total de publicações e comunicações dos docentes, por ano (2006-2010)



No período em análise, os docentes realizaram diferentes actividades de divulgação das evidências resultantes dos seus projectos de investigação em documentos escritos, comunicações ou ainda em documentos electrónicos. É notório um aumento significativo da produção científica entre 2008 e 2009, com uma ligeira diminuição no último ano.

Quadro 18 - Tipos de publicações e comunicações dos docentes e sua frequência, por ano (2006-2010)

Publicações e comunicações	2006	2007	2008	2009	2010
Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica	0	4	3	17	15
Artigos em revistas nacionais com arbitragem científica	4	7	13	20	21
Livros (autores ou editores)	5	3	4	7	7
Capítulos de livros	6	2	3	20	8
Publicações em actas de encontros científicos	22	7	26	83	69
Outras publicações (documentos electrónicos ou artigos em periódicos sem arbitragem científica)	15	0	9	12	5
Comunicações orais/posters (por convites ou autopropostas)	48	55	78	184	182
Total	100	78	136	343	307

8.1.4 Orientações de trabalhos de doutoramento e de mestrado

Os docentes da ESEP desenvolveram actividades de orientação ou co-orientação de dissertações de mestrado ou teses de doutoramento, em Ciências de Enfermagem ou em áreas afim (Ciências da Educação, Ciências Sociais, Psicologia, Didáctica, Gestão dos Serviços de Saúde, entre outras).

Quadro 19 - Orientações de trabalhos concluídos - ano de termo (2006-2010)

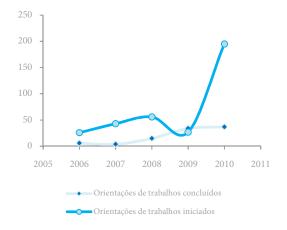
0.1	Ano de termo							
Orientações de trabalhos	2006	2007	2008	2009	2010			
Doutoramento	0	0	1	1	6			
Mestrado	6	4	24	43	45			
Total	6	4	25	44	51			

Quadro 20 - Orientações de trabalhos iniciados - ano de início (2006-2010)

0	Ano de início						
Orientações de trabalhos	2006	2007	2008	2009	2010		
Doutoramento	17	20	23	4	46		
Mestrado	9	23	33	23	166		
Total	26	43	56	27	212		

As orientações dos trabalhos em curso têm origem institucional maioritária na ESEP (mestrados), na Universidade do Porto (ICBAS, FPCE) e na Universidade Católica Portuguesa.

Figura 23 – Distribuição das orientações de trabalhos iniciados e concluídos (2006-2010)



É notório o aumento de orientações de trabalhos no último ano, muito graças ao início dos cursos de mestrado na ESEP.

8.1.5 Júris

O quadro seguinte apresenta o número de participações de docentes em júris de provas, ao longo do período em análise.

Quadro 21 - Participação em júris de provas académicas (2006-2010)

Provas académicas	Ano						
Provas academicas	2006	2007	2008	2009	2010		
Ano probatório (Doutoramento)	2	1	2	1	7		
Doutoramento	7	1	14	10	8		
Mestrado	40	30	45	56	74		
Provas Públicas para Professor Coordenador	2	2	1	2	2		
Total	51	34	62	69	91		

9. Da valorização social do conhecimento

9.1 Projectos em desenvolvimento na ESEP

9.1.1 Unidades de Cuidados de Referência (UCR)

No sentido de clarificar e aprofundar a colaboração entre as entidades prestadoras de cuidados de saúde e as instituições responsáveis pelo ensino, a educação e a investigação científica, no ano lectivo 2007/2008, a ESEP adoptou uma estratégia de eleição para a construção de projectos tendentes à consolidação de "Unidades de Cuidados de Referência" (UCR). Estas UCR têm como objectivo, mostrar-se como modelos de excelência na assistência que podem funcionar como espaços privilegiados para a formação pré e pós graduada de enfermeiros, bem como ambientes privilegiados para o desenvolvimento da investigação e aplicação dos seus resultados, em benefício quer das instituições, quer das escolas e, como não podia deixar de ser, dos cidadãos.

Com este objectivo, foram criadas Unidades de Cuidados de Referência (UCR) na Unidade Local de Saúde de Matosinhos (Serviços de Medicina M, Cirurgia C, Serviço de Pediatria, Unidade de Saúde Familiar de Lavra e Unidade de Convalescença), no Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (Serviço de Medicina I), no Centro Hospitalar do Porto (Serviço de Medicina 1 - D), coordenadas por um Professor Coordenador (Professor Doutor Paulino Sousa). Foram estabelecidas cartas de parceria, integradas nos protocolos de colaboração vigentes, com o propósito de criar mecanismos transparentes entre as instituições envolvidas, não esquecendo uma definição clara de responsabilidades e de mecanismos partilhados.

De acordo com contrapartidas definidas, a ESEP proporcionou aos enfermeiros envolvidos nos projectos (por selecção da direcção das instituições de saúde), a inscrição gratuita em algumas unidades curriculares isoladas dos cursos em funcionamento na ESEP.

9.1.2 Formação de Doutores em Enfermagem

Dando continuidade à cooperação já existente entre a ESEP e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS-UP), cooperação esta com longo historial que remonta às escolas que deram origem à ESEP, foi celebrado um protocolo de colaboração entre estas instituições, tendo em vista a coordenação e a afectação de recursos aos cursos de pós-graduação na área de enfermagem, levados a cabo em parceria pelas duas instituições, nomeadamente o Curso de Doutoramento em Ciências de Enfermagem e o Curso de Mestrado em Ciências de Enfermagem.

A comissão científica integra duas docentes da ESEP, nomeadas pelo Conselho Científico (Professora Doutora Maria do Céu Barbieri e Professora Doutora Maria Manuela Martins).

No âmbito deste protocolo, tiveram início, nos anos lectivos 2009/10 e 2010/11, dois cursos de Doutoramento em Ciências de Enfermagem (com um total de 75 estudantes inscritos) e dois cursos de Mestrado em Ciências de Enfermagem (num total de 50 estudantes inscritos).

9.1.3 Centro de Investigação do Internacional Council of Nurses (ICN)

Em 2010, a ESEP constitui-se como um centro de investigação acreditado pelo *Internacional Council of Nurses* (ICN). É denominado de *Centre for Information Systems Research and Development of the Porto Nursing School - Internacional Council of Nurses* (CIDESI – ESEP - PORTUGAL), e inclui um conjunto de investigadores da ESEP, coordenado pelo Professor Doutor Paulino Sousa (Director do Centro). Este centro de investigação, que tem como missão melhorar a qualidade do ensino e prática de Enfermagem, através do desenvolvimento do conhecimento científico do Nursing Information Systems (NIS), com o suporte do conhecimento produzido pelo ICNP*, em colaboração com o ICN.

9.2 Prestação de serviços

9.2.1 Consultadoria

Face ao reconhecimento da comunidade científica e profissional, do conhecimento singular dos docentes da ESEP, ao longo dos últimos anos têm sido desenvolvidas consultadorias com alguns docentes. Destacamos a consultadoria para os Sistemas de Informação em Enfermagem na Unidade Local de Saúde de Matosinhos e Centro Hospitalar do Porto; a definição de conteúdos de Enfermagem no Sistema de Informação do IPO do Porto e a implementação do Enfermeiro de Família na Região Autónoma dos Açores.

9.2.2 Formação

Entre 2006 e 2010, os docentes da ESEP desenvolveram um conjunto de actividades de formação por solicitação externa, como cursos, aulas teóricas, seminários e workshops, sobre temáticas diversas e em diferentes instituições de ensino superior e instituições de saúde nacionais e internacionais. A título exemplificativo, pode mencionar-se o desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Documentação em Enfermagem (CIPE/SAPE), a colaboração com a Ordem dos Enfermeiros na tradução da CIPE Versão 1, o desenvolvimento do Sistema de Documentação Electrónica do Processo de Enfermagem (com a Universidade de S. Paulo), a orientação do Projecto de Prática Assistencial: Nascendo em Portugal - uma abordagem cultural, bem como outros cursos/workshops no âmbito da administração dos serviços de enfermagem, empreendedorismo e supervisão clínica em Enfermagem.

9.2.3 Acção cívica e técnico-profissional

Face ao reconhecimento da sociedade e dos pares, nacionais e internacionais, da excelência do conhecimento técnico-científico e da relevante acção social dos professores da ESEP, têm vindo a desenvolver-se um conjunto de actividades de cariz científico que incluem a sua participação como *peer revieux* de revistas nacionais e internacionais, como: a Revista Referência e a Revista Investigação em Enfermagem (ambas da ESEC); a Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras (APEO); a Revista Enfermagem (APE); a Revista Pensar Enfermagem (ESEL), a Revista de Enfermagem Oncológica (IPO - Porto) e a Revista Stroke (EUA). Destacam-se, ainda, as participações de docentes nos conselhos editoriais de revistas internacionais, como o Journal of Health Informatics (JHI) - Brasil; a Acta Paulista de Enfermagem - Brasil; os Caderno de Saúde Coletiva da Recenf – Revista científica de enfermagem - Brasil; a Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health - Brasil.

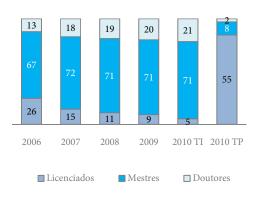
Os docentes da ESEP são regularmente solicitados para o desempenho de papeis diversos, que apresentam um denominador comum: o reconhecimento do seu papel no desenvolvimento profissional. Entre outros exemplos, pode referir-se a participação na Comissão de Especialistas na área científica de Enfermagem da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior; a participação no Strategic Advisor Group, do ICN; a presidência do Conselho de Enfermagem da Secção Regional do Norte da Ordem dos Enfermeiros; a presidência da comissão de ética do Hospital Joaquim Urbano; a participação na comissão de ética do Instituto Dr. Ricardo Jorge; a participação na Comissão de Verificação Técnica da Zona Norte (CVT) e na Comissão de Acompanhamento do Centro de Reabilitação do Norte; a participação no júri do concurso público para aquisição de serviços para desenvolvimento e implementação do sistema de apoio aos cuidados de saúde primários (ACSS); a participação no grupo de "Registo de saúde electrónico" (Ministério da Saúde); a participação na comissão científica da 8.ª Conferência da ACENDIO (The Association for Common European Nursing Diagnoses, Interventions and Outcomes); a participação no grupo de trabalho que elaborou o Manual de Procedimento Básicos em Enfermagem, da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS).

Face à intervenção cívica e de apoio ao desenvolvimento social, alguns docentes da ESEP têm ainda desenvolvido actividades como a de juiz social da saúde, no Tribunal de Família e de Menores do Porto.

10. Dos recursos humanos

10.1 Qualificação/formação

Figura 24 - Evolução das habilitações académicas do pessoal docente



Ao nível das habilitações literárias a ESEP tem vindo a realizar um esforço no sentido da qualificação. No ano de 2010 e de forma a possibilitar a comparação com dados anteriores, os dados são apresentados em separada para o pessoal em TI (tempo integral), tal como os anos anteriores, e para o pessoal a TP (tempo parcial).

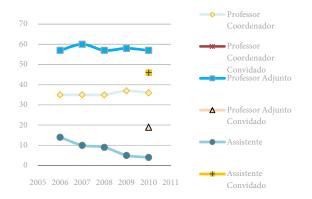
Figura 25 - Evolução das habilitações académicas do pessoal não docente



A ESEP tem vindo a incentivar a qualificação do pessoal não docente, nomeadamente através da concessão de estatutos de trabalhador estudante. Em virtude das várias saídas ocorridas a percentagem de pessoal não docente com habilitações superiores aumentou, sem que contudo o número global de pessoal com essas habilitações tenha aumentado.

10.2 Evolução de colaboradores

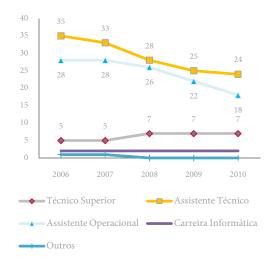
Figura 26 - Evolução relativa de docentes por categoria profissional



Em virtude da reestruturação da contratação no ensino superior, em 2010 assistiu-se ao aumento do número de assistentes convidados e professores adjuntos convidados, motivando, por um lado o aumento do número de docentes da

ESEP e, por outro, o peso relativo destas categorias profissionais no total de docentes por categorias profissional. Estas categorias apresentam-se omissas em anos anteriores uma vez que os serviços relacionados com estes profissionais eram consideradas prestações de serviços.

Figura 27 - Evolução relativa de pessoal não docente por categoria profissional



Ao nível do pessoal não docente, motivado por mobilidade interna na administração pública e aposentações, o número de assistentes técnicos e de assistentes operacional tem sofrido uma diminuição progressiva do número de colaboradores.

Destaque-se o reforço (desde 2008) de colaboradores na categoria de técnicos superiores e a estabilidade ao nível dos trabalhadores da carreira de informática.

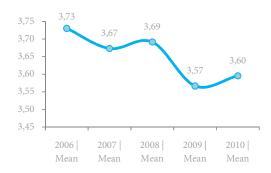
10.3 Avaliação do Desempenho (evolução das classificações)

Na tabela seguinte apresentam-se as médias das classificações dos trabalhadores dos serviços.

Quadro 22 – Média de classificação dos trabalhadores dos serviços, por serviço (2006-2010)

Serviços	2006 (média)	2007 (média)	2008 (média)	2009 (média)	2010 (média)
Centro de Divulgação, Imagem e Serviços ao Cliente	3,9	3,1	3,884	3,579	3,895
Centro de Documentação e Biblioteca	3,33	3,6	3,53	3,263	3,862
Centro de Gestão de Recursos	3,932	3,727	3,511	3,584	3,268
Centro de Informática e Técnico	3,826	4	3,649	3,935	3,557
Expediente, Arquivo e Museu			3,453	3,313	3,125
Gabinete da Qualidade					3,6
Gabinete de Apoio ao Estudante e Inserção na Vida Activa					3,6
Serviço de Secretariado	3,882	3,968	4,132	4,16	3,903
Serviços Académicos e de Apoio ao Estudante	3,65	3,512	3,65	2,915	3,531
Serviços de Apoio e Vigilância	3,592	3,805	3,724	3,785	3,614
Média anual	3,73	3,67	3,69	3,57	3,60

Figura 28 – Evolução da expressão quantitativa média dos trabalhadores da ESEP, por serviços



Note-se, pelo gráfico descrito, a normalização da média de avaliação de desempenho dos funcionários dos serviços que, na escala de avaliação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), tem expressão qualitativa de desempenho adequado.

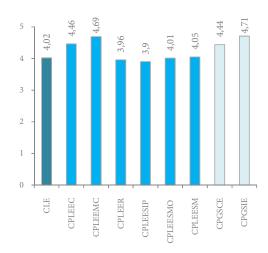
10.4 Avaliação dos docentes pelos alunos

10.4.1 Avaliação dos docentes pelos estudantes (ano lectivo 2009/10)

A avaliação, realizada pelos estudantes, sobre os docentes dos diferentes cursos em funcionamento na ESEP (Curso de Licenciatura em Enfermagem, Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização e Cursos de Pós-graduação) no ano lectivo 2009-10, é apresentada no gráfico seguinte.

Os resultados apresentados, resultam da média dos *scores* obtidos em cada unidade curricular dos cursos à questão "*Diga-nos, como avalia no global" incluindo todos os docentes desta Unidade Curricular*, cuja escala de medida foi uma Escala de *Likert* de 5 pontos (5 - Muito Bom, 4 - Bom, 3 - Suficiente, 2 - Medíocre e 1 - Mau).

Figura 29 - Classificação global dos docentes dos cursos

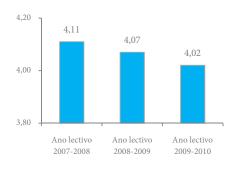


Podemos constatar que a avaliação dos docentes de todos os cursos é igual ou superior a 3,9, ou seja, muito próximo ou superior a Bom.

De notar que a avaliação realizada pelos estudantes que frequentaram Unidades Curriculares Isoladas dos cursos em funcionamento na ESEP foi 4,86, ou seja, superior à dos cursos.

10.4.2 Avaliação dos docentes pelos estudantes do CLE (anos lectivos 2007/08 a 2009/10)

Figura 30 - Avaliação dos docentes do CLE



Analisando agora a avaliação realizada pelos estudantes dos cursos de CLE dos diferentes anos lectivos, podemos constatar, de acordo com o gráfico seguinte, que essa avaliação se mantém de Bom (4,00), embora com uma tendência decrescente ao longo dos anos lectivos.

11. Dos recursos financeiros

Ao longo dos últimos anos, fruto da envolvente económica e dos seus objectivos estratégicos, a ESEP tem implementado uma gestão rigorosa dos seus recursos tendo em vista optimiza-los e diminuir desperdícios.

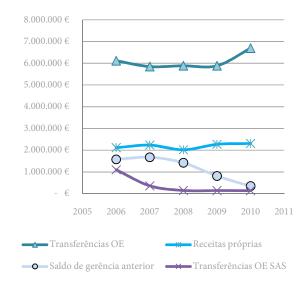
Os dados financeiros da ESEP são apresentados numa óptica orçamental e patrimonial, utilizando sempre que possível a análise comparativa entre os anos de 2006 a 2010 espelhando a evolução dos resultados.

11.1 Evolução da receita

Quadro 23 - Receita da ESEP (2006-2010)

Receita	2006	2007	2008	2009	2010
Saldo de gerência anterior	1.580.208 €	1.678.351 €	1.422.976 €	815.161 €	350.580 €
Transferências OE	6.115.911 €	5.848.076 €	5.884.771 €	5.884.771 €	6.693.687 €
Transferências OE SAS	1.099.848 €	362.492 €	149.333 €	145.321 €	143.288 €
Receitas próprias	2.116.542 €	2.235.091 €	2.022.704 €	2.271.768 €	2.311.504 €
Total Receita	10.912.509€	10.124.010 €	9.479.784 €	9.117.021 €	9.499.059 €

Figura 31 - Evolução da receita da ESEP por tipo (2006-2010)



Ao nível da evolução da receita da ESEP por tipo, de notar o aumento das transferências do Orçamento de Estado para a ESEP, motivado tanto pela incorporação das verbas de PROTEC que, no ano anterior, se encontrava contabilizada em receitas próprias, quanto pela assinatura do contrato de confiança.

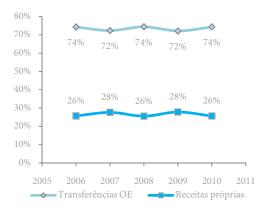
Destaque-se ainda a estabilização das receitas próprias, bem como a diminuição do saldo de gerência anterior motivado

pelas utilização do mesmo para fazer face aos encargos com a Caixa Geral de Aposentações.

As transferências do OE para financiar a Acção Social sofreram um decréscimo significativo pelo facto de, a partir do mês de Março de 2007, as bolsas dos estudantes da ESEP passarem a ser pagas directamente

pela DGES ficando contudo a cargo da ESEP a gestão administrativa do processo, bem como a concessão dos restantes apoios sociais aos alunos.

Figura 32 - Peso relativo por tipo de receita na ESEP (2006-2010)



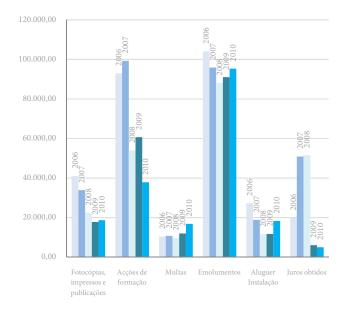
Ao nível da receita salientam-se que a distribuição do orçamento da ESEP tem-se vindo a manter estável, e embora a percentagem de receitas próprias face ao total seja igual nos anos de 2006 e 2010 na verdade as receitas próprias sofreram um aumento de 9.2% de 2006 para 2010.

Nota: O tipo de receita "Transferências OE" incorpora os tipos de receita "Transferências OE" e "Transferências OE SAS"

11.2 Evolução de proveitos

A evolução dos proveitos na ESEP tem seguido uma trajectória linear, variando por tipo de proveito.

Figura 33 - Proveitos - evolução de proveitos significativos (2006-2010)



A tendência descrita é explicada por múltiplos factores que se relacionam com um maior investimento na qualificação do corpo docente, impedindo a sua participação em maior número de actividades de prestação de serviços; com a menor procura por parte de entidades externas dos serviços da ESEP; com a diminuição da procura dos serviços de reprografia, combatida com a oferta de mais produtos dirigidos ao cliente (papelaria,

livraria e loja de merchandising) bem como com a recente publicação de nova tabela competitiva de preços a praticar.

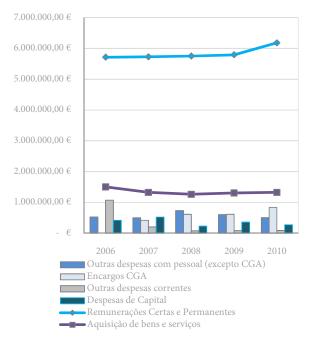
A tendência crescente dos proveitos cobrados nas contas de multas e emolumentos reflecte um maior esforço no controlo e cobrança dos serviços prestados.

11.3 Evolução da despesa

Quadro 24 - Despesa da ESEP (2006-2010)

Despesas	2006	2007	2008	2009	2010
Remunerações Certas e Permanentes	5.713.770,33 €	5727405,25 €	5.751.919,47 €	5.791.585,98 €	6.182.587,76 €
Outras despesas com pessoal (excepto CGA)	526.015,39 €	504204,12 €	731.202,81 €	605.507,34 €	508.132,25 €
Encargos CGA	- €	416.709,32 €	613.936,29 €	616.285,18 €	839.977,83 €
Aquisição de bens e serviços	1.501.774,44 €	1.324.728,31€	1.261.687,16€	1.308.143,85 €	1.325.155,38 €
Outras despesas correntes	1.071.706,95 €	205.598,92 €	76.928,04 €	84.093,57 €	86.868,36 €
Despesas de Capital	420.891,30 €	522.387,87 €	228.949,67 €	360.825,26 €	272.367,16 €
Total despesa	9.234.158,41 €	8.701.033,79 €	8.664.623,44 €	8.766.441,18 €	9.215.088,74 €

Figura 34 - Despesa - evolução de despesa (2006-2010)



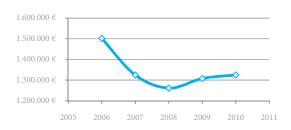
A evolução das despesas com remunerações certas e permanentes tem sido residual. A evolução verificada em 2010 resulta em grande parte dos encargos derivados das sentenças tendo ascendido a aproximadamente € 500.000,00. Excluindo estas verbas, o valor das remunerações certas e permanentes foi inferior aos anos anteriores.

As verbas alocadas a aquisição de bens e serviços tem vindo a diminuir, excepto nos anos de 2009 e 2010, sendo que o incremento se ficou a dever ao aumento de encargos com a contratação de professores externos.

O aumento verificado na rubrica "Outras despesas correntes" deveu-se à alteração de políticas contabilísticas, pelo que o valor do IVA passou a ser contabilizado em orçamento.

11.3.1 Investimento com aquisição de bens e serviços

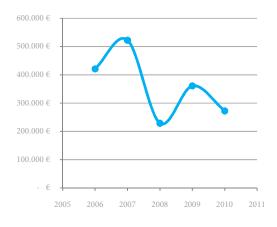
Figura 35 - Despesa - aquisição de bens e serviços (2006-2010)



As despesas com bens e serviços têm vindo a diminuir numa lógica de contenção de custos e eliminação de desperdícios. O aumento verificado nos anos de 2009 e 2010 deve-se ao aumento de encargos com professores externos.

11.3.2 Despesas de capital

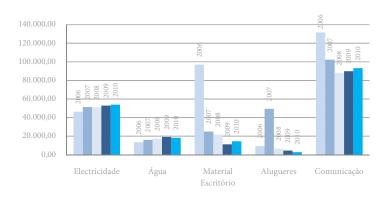
Figura 36 – Despesa com capital (2006-2010)



A despesa em investimento, sendo essencial para manter os níveis de qualidade a que a ESEP se compromete, tem vindo a ser colocada em causa, nos últimos anos, pelas medidas de contenção orçamental. Contudo, e tendo por base as medidas de racionalização da despesa a ESEP, tem-se mantido esse investimento sem com isso colocar em causa os compromissos prévios ao nível das restantes despesas.

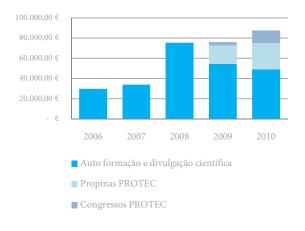
11.4 Evolução custos

Figura 37 – Evolução de custos relevantes (2006-2010)



A evolução dos custos tem sido similar à evolução das despesas, sendo de realçar os componentes: electricidade, água, material escritório, alugueres e comunicação. Embora alguns destes custos apresentem uma evolução positiva, como a electricidade ou a água, a sua evolução real é negativa já que o aumento de custos é inferior ao aumento provocado pelo aumento dos preços destes serviços.

Figura 38 - Evolução da comparticipação para formação (2006-2010)



A ESEP tem vindo a aumentar as dotações disponíveis para comparticipação de formação. As verbas solicitadas pelos trabalhadores têm tido uma evolução positiva, não tendo mesmo assim esgotado o *plafond* atribuído. Em 2009 e 2010 as origens do financiamento deixam de ser apenas as verbas atribuídas pela escola passando a ter uma parte de atribuição do programa PROTEC.

11.5 Indicadores orçamentais

Quadro 25 - Indicadores orçamentais da ESEP (2006-2010)

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de cobertura das despesas pelas receitas	84,62%	85,94%	91,40%	96,15%	97,01%
Taxa de cobertura das despesas pelas receitas do ano	98,95%	103,02%	107,54%	105,60%	100,73%
Taxa de receitas próprias	19,40%	22,08%	21,34%	24,92%	24,33%
Taxa de receitas do OE	56,04%	57,76%	62,08%	64,55%	70,47%
Grau de cobertura das despesas com pessoal	67,57%	76,41%	81,91%	80,00%	81,72%
Grau de cobertura das despesas de investimento	4,56%	6,00%	2,64%	4,12%	2,96%
Grau de cobertura das despesas com pessoal pelo OE	102,03%	108,71%	116,04%	114,67%	123,13%

Da análise orçamental realce-se o "grau de cobertura das despesas com pessoal", demonstrando o peso da despesa com pessoal no total de despesa (c.82%), sendo que desde 2006 o valor do OE tem sido insuficiente para cobrir este tipo de despesa. De modo a assegurar o equilíbrio das contas, a ESEP tem sido forçada a reduzir o nível de investimento, encontrando-se abaixo do desejável.

12. Dos recursos patrimoniais

A ESEP dispõe de três edifícios situados na cidade do Porto com a seguinte utilização:

Edifício São João

Neste edifício encontram-se concentrados os órgãos de gestão, os serviços administrativos, os gabinetes dos docentes, funcionando neste edifício boa parte das aulas ministradas ao CLE.

| Edifício Cidade do Porto

Neste edifício encontra-se sediado o Museu da escola. Funcionam também as aulas do mestrado e doutoramento no âmbito do protocolo com o ICBAS. Esporadicamente funcionam algumas aulas dos restantes cursos.

| Edifício Dona Ana Guedes

O edifício dispõe de uma extensão dos SAAE e do CDB. A generalidade das aulas dos cursos de mestrados funciona neste pólo, sendo equipado com laboratórios específicos para as unidades curriculares nucleares dos mestrados da ESEP.

Quadro 26 - Caracterização técnica dos imóveis da ESEP

Caracterização /Afectação	Localização	Aquisição /cedência	Área total do terreno (m2)	Área bruta edifícios (m2)	Área útil dos edifícios (m2)	Área estacionamento e galerias (m2)
Pólo S. João	Paranhos - Porto	22.06.1972	23 800	6 693	4 435	998,5
Pólo Cidade do Porto	Cedofeita - Porto	31.12.1954	1 874.29	892,32	1 134	490
Pólo D. Ana Guedes	Aldoar - Porto	01.01.1989	4 652,50	937,75	1 272,59	410,3

Quadro 27 – Caracterização dos espaços físicos da ESEP

Tipo de espaço	Nº de espaço	Área (m2)
Auditórios	2	492
Bar	2	315
Biblioteca	2	664,68
Centro de informática e técnico	1	61
Sala mista	1	80
Sala da associação de estudantes	1	20
Gabinetes dos orgãos de gestão	4	182,12
Gabinetes de docentes	42	771,08
Infra-estruturas desportivas e sócio-culturais		1962,5
Laboratórios de ensino	28	1310
Refeitório	1	390
Reprografia/Livraria/Papelaria/Loja Merchandising	1	69
Sala multimédia	1	43
Salas de aulas	34	1417,6
Salas de Informática	7	431
Salas de reuniões	3	211,5
Secretariado	2	40
Serviços Académicos/RH/GAEIVA	1	281
Serviços Financeiros	1	108

13. Dos serviços

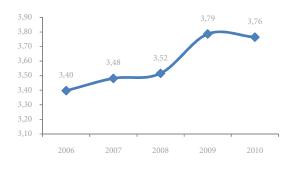
13.1 Satisfação com os Serviços

Quadro 28 - Avaliação de satisfação dos serviços pelos utilizadores (2006-2010)

Serviços	2006	2007	2008	2009	2010
Centro de Divulgação, Imagem e Serviços ao Cliente	3,13	3,18	3,56	3,60	3,78
Centro de Documentação e Biblioteca	3,36	3,56	3,53	3,81	3,89
Centro de Gestão de Recursos	3,71	3,67	3,59	3,79	3,78
Centro de Informática e Técnico	3,23	3,24	3,52	3,77	3,80
Expediente, Arquivo e Museu				3,81	3,91
Gabinete da Qualidade					3,51
Gabinete de Apoio ao Estudante e Inserção na Vida Activa					3,45
Serviço de Secretariado	3,54	3,66	3,58	3,91	3,94
Serviços Académicos e de Apoio ao Estudante	3,11	3,42	3,08	3,62	3,72
Serviços de Apoio e Vigilância	3,70	3,64	3,75	3,98	3,86

A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos com o inquérito de satisfação realizado anualmente.

Figura 39 – Média do grau de satisfação dos utilizadores com os serviços da ESEP (2006-2010)



Destaque-se a média positiva do grau de satisfação dos utilizadores com os serviços da ESEP com incremento, nos últimos 2 anos, para média superior a 3,5, aproximando-se progressivamente do desempenho relevante. O decréscimo existente em 2010 é reflexo da avaliação de dois serviços recentes, que

apresentam um nível de satisfação dos utilizadores inferior ao desejável pela relativa novidade dos mesmos.

13.2 Relação entre satisfação com os serviços e desempenho dos funcionários

Quadro 29 - Evolução da relação entre a avaliação de desempenho e a satisfação com os serviços (2006-2010)

Ano	Satisfação com os serviços Mean	Avaliação dos trabalhadores dos serviços Mean
2006	3,40	3,73
2007	3,48	3,67
2008	3,52	3,69
2009	3,79	3,57
2010	3,76	3,60

Figura 40 - Evolução da relação entre a avaliação de desempenho e a satisfação com os serviços (2006-2010)



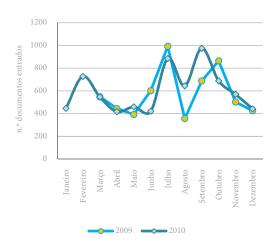
Relativamente à evolução da relação entre a avaliação de desempenho e a satisfação com os serviços, destaque-se a progressiva paridade entre a satisfação expressa pelos utilizadores dos serviços com a avaliação média dos trabalhadores dos serviços da ESEP.

13.3 Gestão documental

Quadro 30 - Documentos entrados e arquivados pelo expediente da ESEP, por mês (2009-2010)

Mês	2009		2010	
	Entrados	Arquivados	Entrados	Arquivados
Janeiro			446	443
Fevereiro			727	723
Março	547	542	546	532
Abril	445	443	417	406
Maio	392	380	459	411
Junho	602	589	421	398
Julho	992	982	885	814
Agosto	356	355	644	619
Setembro	688	684	975	868
Outubro	864	851	688	646
Novembro	502	484	570	519
Dezembro	426	415	442	359
Total	5814	5725	7220	6738

Figura 41 – Evolução dos documentos entrados pelo expediente da ESEP, por mês (2009-2010)



Ao nível da gestão documental note-se a normalização do processo, tendo por base a concepção e implementação de um sistema interno de gestão de fluxos documentais, agilizando o processo de resposta a solicitações, bem como a mitigação da possibilidade de extravio de informação.

Monitorização do Plano Estratégico

O desenvolvimento do plano estratégico em 2010 foi, como se previa, fortemente condicionado por questões de natureza política, financeira e profissional, que ultrapassam a esfera de decisão da ESEP.

Se por um lado, o governo, em ano de contenção orçamental, entendeu – e bem – apostar na qualificação dos activos, aumentando a contribuição do OE para as instituições de ensino superior, ao deixar ao CCISP (em que a ESEP não tem assento directo) e ao CRUP a redistribuição das verbas atribuídas a cada um dos sub-sistemas, permitiu a uma maioria de instituições decidir o retorno a uma prática que se julgava ultrapassada (as dotações com base nos históricos) a que juntou a decisão de considerar nesse histórico os reforços extraordinários atribuídos pelo MCTES ao longo do ano (às instituições que não tinham saldos de gerência) mas de não considerar os reforços que outras instituições (como a ESEP) tiveram de fazer com recurso aos saldos de gerência que ainda detinham. Daqui resultou um sub-financiamento directo à ESEP decorrente de uma dotação do OE inferior ao que seria estimável (em razão das verbas distribuídas no âmbito do contrato de confiança) a que se juntou uma tardiamente definição (a publicação da lei do orçamento só veio a ocorrer no mês de Abril).

Em paralelo, a redução progressiva e forçada, dos saldos de gerência utilizados para o pagamento da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, implementada em 2007 e não compensada nas transferências do Orçamento de Estado, reduziu as disponibilidades financeiras para os investimentos. Acresce, ainda, a execução de uma sentença judicial (referente a erros no posicionamento de 17 docentes das escolas que deram origem à ESEP) que implicou o pagamento de retroactivos devidos, num valor aproximado de 500 mil euros (despesa não prevista e correspondente a 5% do orçamento da escola), suportada com recurso à reserva estratégica.

Mas, não foram apenas os aspectos de natureza financeira a influenciar a implementação do plano estratégico. De facto, em 2009 é publicada a Lei que altera os estatutos da Ordem dos Enfermeiros e que cria o denominado MDP (com a obrigatoriedade de um PTE para a acesso ao título de Enfermeiro dos licenciados em enfermagem e de um DPT para acesso aos título de Enfermeiro especialista). Sendo a ESEP uma instituição de ensino monodisciplinar – só disponibiliza formação na área de Enfermagem, está particularmente exposta a qualquer alteração de fundo (como a referida anteriormente), sobretudo quando a regulamentação da referida lei tarda em ser publicada.

As acções desenvolvidas em 2010 inscrevem-se, no geral, plano de actividades do respectivo ano que tem por base o plano de acção do presidente, aprovado pelo conselho geral, e que, por sua vez, se alicerça no Plano estratégico 2009/2013.

Face à celebração do contrato de confiança (a 11 de Janeiro de 2010) com a consequente aprovação do plano de desenvolvimento (assinado em 21 de Maio de 2010) e tendo em vista a consecução dos objectivos estratégicos que a ESEP se propõe alcançar em 2013, importa, ponderar os actuais contextos e avaliar os desenvolvimentos ocorridos em 2010. Para o efeito, analisar-se-ão as acções desenvolvidas, ou não, nos diferentes vectores de intervenção de cada um dos cinco eixos estratégicos do plano de desenvolvimento.

1. Eixo 1 | Consolidar um modelo de Enfermagem mais significativo para as pessoas (os clientes dos cuidados)

Vectores de intervenção

1.1 Consolidar a identidade da ESEP em torno do novo modelo de enfermagem

A afirmação de um modelo de enfermagem é um trabalho quotidiano, em parte realizado pela acção – muitas vezes anónima – daqueles que formados pela ESEP deixam a marca da escola e dos modelos de excelência que apre(e)nderam na acção profissional que desenvolvem junto dos seus clientes dos cuidados. De igual modo, esta afirmação não prescinde do contributo significativo, e único, daqueles que nos processos de ensino expõem uma enfermagem mais avançada e/ou se constituem como modelos vivos dessa mesma enfermagem.

O complexo trabalho de regulamentação condicionou, de algum modo, as acções previstas para 2010 com vista à apropriação do plano estratégico junto de parte da comunidade, nomeadamente, dos professores. Porém, a propósito do novo plano de estudos para o Curso de Licenciatura em Enfermagem (CLE), foram amplamente discutidos e consensualizados em fóruns e *workshops* realizados para o efeito, os conceitos centrais deste novo modelo de enfermagem que se preconiza. Esta discussão, que se prolongou no tempo, e que culminou na aprovação do referido plano de estudos, diferiu para 2011 a definição das medidas que permitirão concertar, em articulação com o Conselho Técnico-Científico (CTC) e o Conselho Pedagógico (CP), os conteúdos abordados e as estratégias utilizadas pelos diferentes actores, nos processos de ensino.

1.2 Alinhar os planos de estudos dos cursos e as estratégias de ensino-aprendizagem com as exigências do novo modelo de enfermagem centrado nas competências

O novo plano de estudos do CLE, resultante de um processo de revisão encetado pelo CTC durante 2010, foi aprovado em Fevereiro de 2011, a tempo de ser implementado no ano lectivo 2011/12. A nova estrutura curricular não só reforça o peso absoluto da área científica de enfermagem, como, através das suas diferentes unidades curriculares, dá enfâse ao desenvolvimento de competências, em áreas como, entre outras, a dependência no autocuidado e os cuidadores familiares, a gestão da doença e dos regimes terapêuticos; a gestão de sinais e sintomas ou a infância, a adolescência, a experiência parental, a idade adulta e o envelhecimento, recorrendo, para o efeito, a novas metodologias como problem based learning.

A actualização do acervo documental e das bases de dados foi uma prioridade no investimento da ESEP, tendo-se verificado um aumento de 25% relativamente ao ano anterior. Como o previsto, no processo de

actualização, procedeu-se a uma progressiva adequação às exigências, que há data se previam, do novo plano de estudo.

1.3 Garantir a aplicabilidade do modelo de enfermagem a partir do desenvolvimento de práticas inovadoras em espaços de referência nas instituições de saúde

Realizada uma avaliação intercalar dos resultados obtidos nas Unidades de Cuidados de Referência (UCR), todos as instituições envolvidas entenderam manter, para 2010/2011, a parceria entre a ESEP e instituições de saúde, dando continuidade ao propósito de implementar, nos contextos das práticas clínicas, experiências inovadoras de prestação de cuidados de enfermagem.

Tendo em vista assegurar a estabilidade dos campos de estágio onde decorre o ensino clínico dos cursos em funcionamento na ESEP, foram realizadas reuniões preparatórias, ainda em 2010, com vista, não só à apresentação das necessidades decorrentes do novo plano de estudos do CLE, como, também, à avaliação da receptividade das instituições de saúde ao alargamento do tempo de vigência dos actuais protocolos.

1.4 Reforçar a divulgação do novo modelo de enfermagem

Em 2010, foi aprovado, na generalidade, o plano de comunicação externa. Tratando-se de um instrumento transversal, estão a ser ouvidos os diferentes órgãos de gestão e os responsáveis de alguns serviços, de modo a melhorar o seu conteúdo e a ajustá-lo às disponibilidades internas. Deste modo, ficaram comprometidas as acções de divulgação do modelo de enfermagem da ESEP junto de outras instituições, dos potenciais candidatos e de outros clientes externos, nacionais e estrangeiro, previstas para 2010.

2. Eixo 2 | Construir um cultura-de-aprender promotora do desenvolvimento profissional e pessoal

Vectores de intervenção

2.1 Desenvolver processos sistemáticos e generalizados de avaliação da prestação da ESEP

Procedeu-se à avaliação anual de todos os cursos em funcionamento na Escola, através de um processo de recolha de informação científica, pedagógica e administrativa, junto dos estudantes. Os relatórios dos diferentes coordenadores de curso, apreciados pelo CTC, estão disponíveis no Portal da ESEP.

Realizou-se a avaliação anual da prestação/funcionamento dos serviços da ESEP, nomeadamente, por inquirição dos seus clientes, cujos resultados, em síntese, estão apresentados no capítulo IV.

Não teve início em 2010, conforme o previsto, a preparação do processo para a avaliação dos órgãos.

Nos prazos estabelecidos, foi solicitada à Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES) a acreditação prévia dos cursos do 2.º ciclo de estudos que não estando ainda em funcionamento, deverão iniciar as respectivas actividades no início do ano lectivo 2011/2012.

2.2 Promover a qualificação e a melhoria contínua do desempenho

No âmbito dos recursos humanos, a qualificação do pessoal docente constituiu uma prioridade, pela importância que a mesma já vinha assumindo para a excelência da ESEP, em 2010 reforçada pelo impulso decorrente da assinatura do contrato de confiança.

Assim, às 17 bolsas PROTEC que transitaram do ano anterior, acresceram 13 novas bolsas em 2010. Este número (mesmo considerando que cada uma representa 50% da dispensa do trabalho lectivo docente), traduz o esforço máximo que a ESEP pode fazer, sem colocar em crise a qualidade do ensino. Mesmo sem qualquer dispensa de serviço lectivo docente, para além dos docentes referidos, estão integrados em programas de doutoramentos mais 30 docentes.

Também foi dada atenção à promoção da qualificação académica dos trabalhadores não docentes, não só, através da comparticipação nas despesas de formação, como da concessão de facilidades para a sua frequência, sendo de realçar a concessão de cinco estatutos de trabalhador estudante (aproximadamente 10% do pessoal não docente) para a frequência de licenciaturas.

Manteve-se o apoio à realização de actividades de auto-formação dos trabalhadores docentes e não docentes, direccionada às necessidades da Escola, através da concessão de dispensas e da comparticipação nas despesas de formação.

Realizaram-se, ainda, actividades internas de formação em serviços. O CDISC organizou um total de 16 acções breves (cerca de uma hora) de divulgação, denominadas genericamente *Workshops ESEP - Pesquisa científica* relativas a oito temáticas diferentes³ que se pretenderam constituir como espaços, entre os estudantes, professores e outros trabalhadores, que permitam a partilha de experiências e de boas práticas, como forma de complementar a aprendizagem e a aquisição de competências.

Especificamente dirigidas aos trabalhadores, realizaram duas acções de formação, denominadas genericamente *Workshops ESEP - Formação interna* relativas a duas temáticas; Formação em Microsoft Excel 2007 – Nível 1 (12 horas) e Auditorias internas (24 horas).

Ainda no contexto dos processos de melhoria contínua, a avaliação do desempenho assume um papel determinante. Em 2010, realizou-se a avaliação do desempenho dos trabalhadores não docentes e deu-se início à preparação dos instrumentos que viabilizarão, em 2011, a implementação de um sistema justo de avaliação dos docentes que cumpra os requisitos legais, nomeadamente, o da diferenciação do mérito. Neste trabalho, iniciado pelo CTC, os aspectos de natureza científica já se encontram operacionalizados, faltando concluir a definição das demais dimensões do trabalho docente, nomeadamente, a vertente de ensino, de participação nas actividades de gestão e nas acções de extensão à comunidade.

Em virtude de não ter sido implementado, em 2010, o novo modelo de avaliação do desempenho dos docentes, a contratualização, com os diferentes docentes da respectiva participação nas actividades não lectivas e extra investigação - prevista no contexto, mais amplo, de implementação de um plano de desenvolvimento profissional para cada trabalhador - não foi, ao contrário do previsto, realizada. Em qualquer caso, este modelo encontra-se já previsto no regulamento de planeamento e distribuição do serviço docente, recentemente aprovado.

A implementação de grande parte das medidas de discriminação positiva para estudantes com necessidades especiais, nomeadamente, trabalhadores estudantes, será enquadrada no processo de revisão do regulamento dos estatutos especiais que será realizado em 2011, com a participação do conselho pedagógico. Em qualquer caso, tendo sido introduzidas, já após o início do ano lectivo 2010/11, alterações

_

³ Acesso livre - a ciência e a informação; EBSCO Host - pesquisa científica em Ciências da Saúde; DocBweb - pesquisa no catálogo da biblioteca ESEP; B-on - pesquisa científica na Biblioteca do Conhecimento Online; Science Direct - pesquisa na maior editora científica do mundo; Google Services - Um mundo a explorar; ISI Knowledge - barómetro científico mundial; Portal INE - Actualidade estatística à distância de um clique.

nas regras técnicas para a atribuição de bolsas de estudo a estudantes mais carenciados, e, tendo por propósito evitar as situações de abandono escolar, foram tomadas medidas excepcionais de apoio social, cujos custos a escola assumiu integralmente, dirigidas a estudantes comprovadamente carenciados que corriam o risco de abandono, por alteração das referidas regras técnicas.

2.3 Promover a criação de um ambiente educativo com elevado nível de responsabilidade individual e de exigência, nas dimensões humana, cultural, científica, ética e técnica

Foram realizadas algumas reuniões preliminares com a presidente do CP no sentido deste órgão incluir na sua agenda alguns aspectos que se entende poderem constituir-se como contributos determinantes para a criação um clima educativo adequado à melhor formação, seja, enquanto profissionais, seja enquanto cidadãos. Entre outras matérias, estão em agenda a elaboração de guias orientadores para a diferenciação dos estudantes pelo seu mérito relativo e o modelo a ser utilizado na avaliação das unidades curriculares e dos professores.

As actividades culturais, desportivas e recreativas decorreram, em 2010, de acordo com o que estava planeado. A coordenação das diferentes actividades foi atribuída a uma das vice-presidente que assume, assim, a relação com os diferentes grupos, bem com, a gestão dos apoios concedidos. Neste contexto, foram estabelecidos, nomeadamente, com os responsáveis das tunas e do grupo de teatro alguns princípios (como a apresentação anual de um relatório de actividades) que permitiu, em razão da actividade realizada e do número de estudantes envolvido, discriminar os apoios concedidos.

Ainda neste contexto, e para além das actividades já tradicionalmente desenvolvidas em momentos festivos como o Natal ou o dia da Escola, decorreu, no início do ano de 2010, um sarau com "artistas" que, de alguma forma, se encontram ligados à ESEP e, ainda, um passeio pedestre aberto a toda a comunidade escolar.

Foi acordado com a Associação de estudantes uma base de entendimento que permitirá, num futuro próximo, estabelecer parcerias concretas que contribuam para que esta reúna melhores condições para uma intervenção mais efectiva junto dos estudantes.

Tendo sido tomadas algumas medidas casuísticas, com o intuito principal de prevenir comportamentos anti-sociais e eticamente reprováveis, nomeadamente, plágios, falsificações, actos de vandalismo ou atentados à dignidade humana, a aprovação do regulamento disciplinar, ainda, não foi agendada.

Foi ainda dada continuidade à tradição de distribuição de prémios e de distinções honoríficas (como o coração ESEP), por ocasião no dia da Escola, a estudantes, a trabalhadores e aos aposentados,

fomentando-se, pelo reconhecimento do mérito e do contributo individual para a construção de uma escola melhor, a vinculação da comunidade escolar à Escola.

2.4 Gerir o conhecimento, garantindo a divulgação da informação e a sua acessibilidade interna e externa

Foi adjudicada, no final de 2010, a construção de um novo portal da ESEP na Internet. A partir dessa data. Têm vindo a decorrer os trabalhos de concepção gráfica e de definição de *layouts*, bem como, a criação dos acessos e da interacção com as bases de dados existentes.

A Newsletter, apesar de não ter atingido a periodicidade prevista, continuou a ser o principal veículo de comunicação com a comunidade escolar, com dez números publicados em 2010.

A divulgação e a venda das obras de autores internos não só se mantiveram, como sofreram, mesmo, um significativo incremento, no novo espaço da papelaria e livraria.

2.5 Promover a internacionalização e o contacto com outras realidades

O processo de internacionalização, em particular a mobilidade de estudantes do CLE ao abrigo do programa ERASMUS, revelou-se um dos pontos mais sensíveis no desenvolvimento da ESEP. De facto, a escola, à semelhança de outras instituições nacionais e estrangeiras, sentiu necessidade, num passado ainda recente, de introduzir um rigor nos processos de académicos associados à referida mobilidade mais consonante com o disposto na lei, nomeadamente, ao nível da creditação da formação realizada e da respectiva classificação. Estas mudanças inevitáveis, aliadas a um plano de estudos do CLE pouco versátil, a uma elevada taxa de sucesso escolar (a generalidade dos estudantes conclui, e pretende concluir, o curso nos quatro anos previstos no plano de estudos) e não ignorando o efeito da crise económica e social que afecta de modo notório o Norte do país (a ESEP tem uma taxa de alunos bolseiros superior à média das instituições congéneres), reduziram, já em 2009, de modo muito significativo, os fluxos de mobilidade dos estudantes. No ano de 2010, foi possível estancar esta tendência, porém, sem que se possa, ainda, falar de recuperação.

Em relação à mobilidade de docentes e não docentes, garantiu-se, em 2010, um número de fluxos semelhante ao do ano anterior.

No âmbito da cooperação com os PALOP foram aprofundados os contactos com o Brasil, em particular com a Universidade de S. Paulo e a Universidade Federal de S. Paulo. Desta aproximação, resultaram já parcerias que permitiram, já em 2011, a apresentação de uma candidatura ao FCT de um projecto

conjunto de investigação, na área dos sistemas de informação, bem como, a preparação da oferta de programas formação em *e-learning*, pela ESEP, com a colaboração da Universidade de S. Paulo.

A ESEP participa, ainda, juntamente com mais seis instituições de ensino superior europeias⁴, num projecto internacional inserido no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, subordinado ao tema: *Training Requirements and Nursing Skills for Mobility*.

٠

⁴ The University of Nottingham (GB); Mikkelin Ammattikorkeakoulu (FI); Dokuz Eylül Üniversiti Hemsirelik Yüksekokulu (TR); St Angela College (IE); Fachhochschule Bielefeld (DE); Hogeschool Gente (BE).

3. Eixo 3 | Garantir a profissionalização da gestão através de um modelo de governo e processos adequados

Vectores de intervenção

3.1 Optimizar os processos de trabalho e os fluxos de informação, tornando-os mais eficientes e eficazes

No ano de 2010, foi dada particular atenção ao processo de regulamentação interna. O CTC estabeleceu os princípios técnico-científicos a atender num conjunto vasto de regulamentos de natureza académica, organizacional e funcional.

Deste processo, em que foram sendo auscultados os interessados, resultou a aprovação, de um vasto e estruturante conjunto dos regulamentos (mais de duas dezenas), de natureza académica, profissional, ou organizativa⁵.

Dos regulamentos previstos, três, pela sua complexidade e intercorrências com outras decisões, encontram-se ainda em fase de elaboração: o regulamento de avaliação de desempenho dos docentes (aguarda a discussão pública dos aspectos não científicos e audição dos sindicatos); o regulamento de horários de funcionamento e horários de trabalho (aguarda autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) para a utilização do sistema electrónico de registo biométrico no controlo da assiduidade e pontualidade); o regulamento de comunicação interna (aguarda resposta da Comissão de Acesso aos Dados Administrativos, a exposição da Escola). Em qualquer caso, admite-se que poderão ser aprovados ainda durante o primeiro semestre de 2011.

No âmbito da desejada simplificação e automatização dos processos de funcionamento interno, foi adquirido um sistema de registo biométrico para o registo e o controlo e electrónico da assiduidade e da pontualidade que aguarda, para entrar em funcionamento, a referida autorização CNPD.

⁵ Entre outros foram aprovados, alguns já no início de 2011, os seguintes regulamentos: 1.º ciclo de estudos; 2.º ciclo de estudos; pósgraduações não conferentes de grau; unidades curriculares isoladas; reingressos, mudanças de curso e transferências; propinas; prescrições; matrícula, inscrição e conclusão dos cursos; frequência e avaliação; equivalências; aplicação do sistema de créditos curriculares; precedência dos professores; atribuição do título de especialista; prestação serviço docente; planeamento e distribuição do serviço docente; contratação do pessoal especialmente contratado; reduções e dispensas do serviço docente; equiparação a bolseiro; concursos para contratação de professores;

3.2 Implementar processos de controlo da actividade da Escola, de gestão e de avaliação dos serviços

Em 2010, foram lançadas as bases para a produção de informação e a construção de indicadores que permitam o controlo da actividade da escola e uma monitorização mais efectiva dos seus processos. Neste contexto, foi melhorada a qualidade da informação produzida tornando-a mais fiável, nomeadamente, ao nível da actividade académica e da produção científica dos docentes. Demonstração do referido é a base de dados criada para o registo da actividade científica e, já no final do ano de 2010, a adesão à plataforma DeGóis.

Ao nível dos serviços internos, estabeleceu-se como regra a elaboração de relatórios mensais da actividade do respectivo serviço. Estes relatórios que, desde logo, se revelaram um importante meio de monitorização interna, têm vindo a ser aperfeiçoados, quer através da iniciativa do próprio serviço, quer por indicação dos órgãos de gestão. Complementarmente, foram implementadas algumas medidas como a elaboração de planos de tarefas que, ao eliminarem redundâncias e ao tornarem mais directa a comunicação entre os intervenientes dos diferentes processos, permitem obter a informação de monitorização em tempo útil.

3.3 Melhorar a comunicação interna

No âmbito do processo de melhoria da comunicação interna e de aproximação dos decisores à comunidade escolar, foram realizadas duas reuniões do presidente com os docentes. Por seu turno, a administradora reuniu, em diversas ocasiões, com os coordenadores dos serviços. Ainda no âmbito deste processo, foram incentivadas as reuniões de trabalho nos diversos serviços, não só como forma de planeamento do trabalho a realizar ou de orientação para a melhoria das práticas mas, também, como oportunidade de auscultar os trabalhadores.

O CTC criou algumas comissões específicas⁶ que envolveram docentes não integrantes deste órgão, tendo, ainda, o presidente deste órgão reunido com todos os docentes por duas ocasiões, designadamente, no âmbito da preparação do regulamento de avaliação do pessoal docente e do novo plano de estudos do CLE. Por algum atraso no processo de aprovação da revisão do plano de estudos do CLE, a reunião prevista com os estudantes foi adiada para uma data, em 2011, mais conveniente.

⁶ CE do CTC para as relações externas da ESEP; CE do CTC para a investigação da ESEP; CE do CTC para projectos e UCP e novo plano de estudos do CLE; CE do CTC para a avaliação e qualidade científica da ESEP.

Apesar do plano de comunicação interna e do regulamento para a utilização dos meios de comunicação internos ainda não estarem aprovados, não se deixou de apostar na divulgação e na dinamização – através da newsletter e do portal da escola – do plano estratégico da ESEP e do plano de formação informal, transversal aos serviços, dirigido às temáticas de actualização científica, empregabilidade e actualização de competências de colaboradores.

3.4 Implementar um modelo organizacional de base matricial

Os Estatutos da ESEP prevêem um modelo de organizacional de base matricial, constituído, para além dos órgãos de governo e gestão, por serviços, unidades científico-pedagógicas (UCP), projectos e unidades diferenciadas. A acção em 2010 centrou-se na organização dos serviços e na definição das UCP's.

Neste último contexto, o CTC, em Julho de 2010, aprovou a matriz de organização científico-pedagógica da ESEP que estabelece um agrupamento de UCP's congruente com a área científica da Enfermagem e outro congruente com as áreas afim à Enfermagem. A *área científica: Enfermagem* centra-se sobre a assistência aos indivíduos ou grupos, face às respostas humanas às transições situacionais, saúde/doença e de desenvolvimento, vivenciadas. Neste contexto coexistirão dois tipos de UCP's no âmbito da área científica: um grupo de UCP's focadas na substância a partir dos tipos de transição e um outro grupo de UCP's transversais às anteriores que resulta da aplicação à enfermagem de áreas científicas afim.

Esta decisão consubstancia uma dimensão estruturante da ESEP, que terá significativas repercussões na criação de conhecimento disciplinar e na sua disseminação, nomeadamente, ao nível das unidades curriculares dos diferentes cursos em funcionamento na escola, bem como, na organização, no planeamento e na distribuição de parte muita significativa do trabalho docente.

Em paralelo, foram dados passos significativos no sentido da acreditação, pelo FCT, da UNIESEP, nomeadamente, a definição de um *Road map* para a referida acreditação. Foi ainda aprovado, pelo CTC, uma proposta de enquadramento da UNIESEP na estrutura organizativa da escola, bem como, dos princípios a atender no seu funcionamento interno.

Quanto aos serviços da escola, procedeu-se, no início de 2010, a uma reorganização pontual em algumas áreas, tendo-se efectuado algumas mobilidades internas entre serviços e entre categorias, as quais pretenderam adequar a qualificação e o perfil dos trabalhadores existentes às exigências dos diferentes postos de trabalho.

Foram, ainda, criados, no início de 2010, dois novos gabinetes técnicos. O GARIE para o apoio ao processo de regulamentação e de implementação dos estatutos, tendo, para o efeito, sido celebrado um

contrato de prestação de serviços jurídicos. O GAEIVA para o apoio aos estudantes e integração na vida activa, com duas áreas, uma mais centrada nos apoios sociais e atribuição de bolsas e outra no apoio aos estudantes, nomeadamente, ao nível do apoio psicológico e da triagem de situações que necessitem de acompanhamento por outros profissionais da saúde. Para assegurar a dimensão técnica deste último gabinete, procedeu-se à mobilidade interna de dois trabalhadores que tinham habilitações para ocupar os lugares criados (um técnico de acção social e uma psicóloga).

Por força da contenção orçamental a que a ESEP se viu forçada, de modo a cumprir compromissos que se entenderam mais urgentes, a criação do gabinete de apoio à divulgação científica foi adiada para Janeiro de 2011.

Ao longo do ano, fruto da redução de pessoal verificada e não prevista, sobretudo por ausências prolongadas por motivo de doença, foram efectuadas mobilidades pontuais de trabalhadores entre os diferentes serviços. Deste modo, mesmo em alturas em que as ausências ultrapassaram os 20% dos trabalhadores dos serviços, foi possível dar uma resposta atempada às necessidades inadiáveis dos mesmos.

O regulamento orgânico da ESEP e os regulamentos dos diferentes serviços, encontram-se em elaboração. A sua conclusão aguarda a consolidação da estrutura organizativa, decorrente, por exemplo, da alteração do "estatuto" da UNIESEP e da recente criação das unidades científico pedagógicas, bem como, da opinião dos diferentes coordenadores de serviço relativamente ao conteúdo do regulamento interno do seu serviço.

4. Eixo 4 | Garantir a sustentabilidade da Escola nas suas vertentes económica, social e ambiental

Vectores de intervenção

4.1 Garantir a manutenção da procura dos cursos em funcionamento na Escola

No âmbito das acções de divulgação – a realizar junto de potenciais candidatos e de clientes institucionais – que promovam uma imagem institucional da ESEP moderna e a qualidade dos cursos ministrados, apostou-se em acções dirigidas aos candidatos aos cursos de pós-graduação, em particular, aos curso de mestrado. Neste contexto, foi publicado o guia dos cursos avançados para o ano lectivo 2010/2011. Simultaneamente, investiu-se, moderadamente, na inclusão de publicidade em meios de comunicação social de grande tiragem. Foi, ainda, criado o *portal* do candidato (área especializada dirigida aos potenciais candidatos, alocada no portal da ESEP).

Tendo em vista o planeamento de acções mais eficazes a dirigir a públicos-alvo mais específicos, foi elaborado um primeiro perfil sócio-demográfico dos candidatos aos cursos em funcionamento na ESEP. Este perfil apresenta lacunas de informação que, em 2010, não foi possível ultrapassar, sobretudo por ausência de dados (por não estar prevista a sua recolha ou, simplesmente, porque os candidatos não os disponibilizaram). Os dados referentes à procura de cada um dos cursos, no ano lectivo 2010/2011, serão publicitados juntamente com o relatório desse curso.

Como intuito de facilitar o processo de integração dos estudantes recém-chegados à ESEP, realizaram-se três acções de formação dirigidas a estes estudantes, denominadas genericamente *Workshops ESEP – Acolhimento*, relativas a duas temáticas diferentes⁷.

O desenvolvimento de mecanismos facilitadores da inserção no mercado de trabalho dos recém-formados foi uma das preocupações que esteve na origem da criação do GAEIVA. Neste contexto, realizaram-se cinco acções de formação dirigidas a estudantes, denominadas genericamente *Workshops ESEP – Empregabilidade*, relativas a três temáticas diferentes⁸ e procedeu-se à divulgação sistemática, junto dos

⁷ Cidadania e responsabilidade social (1 sessão – 2 horas); Transição para o ensino superior - estudantes do 1.º ano CLE (2 sessões – 3.30 horas/cada).

⁸ Elaboração de Curriculum Vitae e Cartas de Apresentação Eficazes (2 sessões – 2 horas/cada); Técnicas de Procura e de entrevista de Emprego (2 sessões – 2 horas/cada); Apoios à criação do próprio emprego (1 sessão – 1:30 horas)

finalistas, das ofertas de emprego. Por outro lado, deu-se início ao processo de monitorização da empregabilidade dos recém-licenciados.

Pela importância que tem na sustentabilidade da escola, a valorização e a promoção da marca ESEP, incrementou-se e diversificou-se a oferta de produtos de *merchandising*, nomeadamente, das linhas conhecer, viver e prestígio, com a disponibilização de novos materiais personalizados, para venda e oferta.

4.2 Reduzir a "pegada" ambiental da Escola

Em 2010, manteve-se o ritmo na redução continua na utilização de papel. Para além, da desmaterialização da quase totalidade dos documentos entrados no expediente geral, nomeadamente, através da aceitação do correio electrónico, como veiculo para a apresentação de documentos, para a respectiva resposta e para a comunicação interna em geral, digitalizaram-se os processos de cada um dos trabalhadores e reduziu-se ao mínimo possível, os processos individuais em papel dos estudantes.

Apesar de se ter aumentado o número de pontos de recolha, o sistema de triagem dos lixos continua pouco eficiente, nomeadamente, por falhas daqueles que produzem esses lixos. As acções de sensibilização da comunidade escolar, para as quais se admitiu contratualizar estudantes, não foram realizadas por ausência de enquadramento legal para a contratação desses estudantes.

Por falta de verbas para o efeito, o estudo externo para a gestão energética, aguarda nova oportunidade. Mesmo assim, em consonância com a política de energia que vinha a ser seguida, foram implementadas algumas medidas de poupança energética e de racionalização dos consumos de água. Neste contexto, tem vindo a proceder-se a uma substituição progressiva dos meios de iluminação para lâmpadas economizadoras e ao aproveitamento da água da chuva para rega e utilização em sanitários.

No âmbito das medidas de promoção da utilização de meios de transporte para a Escola, menos poluentes e mais amigos do ambiente, a ESEP colaborou no projecto europeu Civitas Elan, em que são parceiros, entre várias instituições europeias, a Câmara Municipal do Porto e a Universidade do Porto.

4.3 Melhorar as condições de trabalho e de estudo

Foi elaborado o processo de contratualização dos serviços de saúde, higiene e segurança, bem como, do plano de emergência, porém as mesmas não se concretizaram por faltas de recursos económicos para o fazer.

Em 2010, renovaram-se 27.6% dos computadores de trabalho da ESEP e actualizou-se (23,4%) do parque de computadores actualmente disponível para os estudantes.

Terminado o contrato que estava em vigor no início do ano, foi negociado um novo acordo que permitiu operar uma profunda reorganização do serviço de fotocópia / impressão, tornando-o – a um custo inferior ao do anterior contrato – mais amigável e mais eficiente para os utilizadores.

Apesar da evidente necessidade de uma profunda requalificação dos actuais espaços de cozinha e refeitório e da respectiva inscrição em PIDAC, mais uma vez, não houve qualquer decisão superior no sentido de viabilizar a desejada construção de um novo refeitório.

Em 2010, deu-se início à requalificação dos espaços da ESEP (Piso 3) com a construção de um espaço para refeições, café e estudo, denominado: Zona Mista.

As profundas alterações introduzidas, durante o ano de 2010, nas disposições que regulam os processos de atribuição de bolsas de estudos, a par da incerteza quanto ao financiamento da acção social, determinaram o adiamento das negociações com os Serviços de Acção Social da Universidade do Porto para a celebração de um acordo de cooperação que assegure a acção social dos estudantes da ESEP.

4.4 Gerir com eficiência os recursos da Escola

Tendo em vista adequar as infra-estruturas tecnológicas e os equipamentos às necessidades efectivas da Escola, garantindo a sua funcionalidade, operacionalidade e fiabilidade, realizou-se, já na parte final de 2010, um significativo investimento em activos de rede que permitirá, doravante: uma melhor qualidade de serviço ao nível das comunicações de rede; uma velocidade de comunicação de dados mais rápida; um maior controlo e monitorização da infra-estrutura de comunicações de dados; a simplificação da administração e manutenção da infra-estrutura de activos de rede; dispor de infra-estrutura de comunicações de dados em layer 3 e suporte de PoE (Power over Ethernet).

Parte importante para o desejado controlo de custos, a implementação de um sistema de contabilidade analítica, pese embora alguns avanços significativos ao nível do estudo da distribuição das despesas com pessoal e dos materiais consumidos por serviço, não teve o desenvolvimento que se desejava. Para este facto muito contribuiu o facto de o fornecedor do *software* em uso nos serviços financeiros não ter finalizado atempadamente o módulo que possibilita o tratamento das despesas com pessoal (mais de 80% do total das despesas). Por outro lado, a alocação da coordenadora do serviço ao projecto da qualidade e a ausência de pessoal por doença (que em termos gerais representou uma perda de aproximadamente 43% do tempo de trabalho planeado) também contribuíram para este atraso.

A possibilidade de contratar, ainda em 2010, docentes com o título de especialista gorou-se por inexistência no mercado de trabalho de profissionais detentores deste título. De facto, tal como aconteceu com a ESEP, na generalidade das instituições de ensino politécnico a procura deste título tem sido baixa, talvez em razão da novidade e da aprovação recente (já no decurso do segundo semestre de 2010) dos primeiros regulamentos internos que permitem a respectiva atribuição.

Para suprir as necessidades decorrentes do trabalho docente não assegurado por professores internos, para o ano lectivo 2010/2011, foram, pela primeira vez, celebrados contratos de trabalho por tempo determinado, em regime de tempo parcial, a professores e assistentes convidados, reduzindo-se, assim, a expressão dos contratos de prestação de serviço que, deste modo, ficou praticamente limitada à contratação de prelectores para a abordagem de algumas temáticas específicas.

Para além dos contratos de trabalho a tempo parcial antes referidos, não se procedeu a qualquer nova contratação, nomeadamente da técnica superior de secretariado, como estava inicialmente previsto. Para esta opção, contribuíram, não só as restrições orçamentais, mas, de igual modo, as incertezas que foram persistindo quanto à aplicação às instituições de ensino superior, das medidas de restrição na contratação de novos trabalhadores.

Em 2010, foram admitidas duas estagiárias, uma na área da contabilidade e outra na área de ciências da comunicação, ao abrigo do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC).

Admitiu-se que poderiam ser contratados – como era também vontade do próprio ministro da tutela – estudantes para acorrer, em algumas áreas específicas, a necessidades concretas de trabalho. A dificuldade do legislador em definir um enquadramento contratual que atenda às particularidades deste trabalho e destes estudantes / trabalhadores, têm-se revelado um obstáculo intransponível e que para já vai inviabilizando esta possibilidade de trabalho para os estudantes, como publicamente tem reconhecido o próprio ministro.

4.5 Promover a qualidade dos serviços

A construção da qualidade é um imperativo estatutário9 que emerge das políticas para o ensino superior. Ao nível da implementação de um sistema de qualidade passível de ser certificado, foi dada continuidade

_

⁹ Artigo 5.º dos Estatutos da ESEP.

ao trabalho iniciado em 2008. Identificados os processos básicos, foi possível, através do diagnóstico antes efectuado (por questionários dirigidos a trabalhadores docentes e não docentes, bem como, de entrevistas aos coordenadores dos serviços), conhecer as principais necessidades dos clientes internos. A partir do diagnóstico, foi realizado o mapeamento das actividades, onde se identificaram os processos nucleares e os respectivos procedimentos que levaram à elaboração de 115 procedimentos da área não docente, 19 da área do docente e 3 transversais a ambas.

Em simultâneo com a construção dos normativos, realizaram-se acções de sensibilização e actividades formativas, nomeadamente a formação dos auditores internos, docentes e não docentes, envolvendo um total de 22 trabalhadores. Assim, e estando reunidas as condições necessárias, até ao final de 2010 foram efectuadas 36 auditorias internas na área não docente.

4.6 Promover a integração da ESEP na Universidade do Porto

Em razão do processo eleitoral que ocorreu na Universidade do Porto, ainda não tiveram início as negociações para o estudo de uma futura integração da ESEP na Universidade do Porto.

5. Eixo 5 | Ser uma referência em termos da relevância do conhecimento produzido e da pertinência da oferta formativa

Vectores de intervenção

5.1 Disponibilizar uma oferta formativa voltada para as necessidades dos candidatos e das instituições de saúde

Ao nível da oferta formativa, destaca-se a abertura no início do ano lectivo 2010/2011 de seis cursos de mestrado¹⁰, em regime pós laboral.

A abertura destes cursos foi acompanhada da correlativa redução de admissões aos cursos de póslicenciatura em enfermagem. Por força das novas admissões e dos processos de creditação da formação anteriormente realizada, matricularam-se em cursos de mestrados 263 novos estudantes.

Foi, ainda, aprovada a criação de dois novos cursos de mestrado¹¹ que se encontram a aguardar acreditação prévia pela A3ES e se prevê iniciem actividades no ano lectivo 2011/12, igualmente em horário pós-laboral.

Para além do Curso de Licenciatura em Enfermagem, para o qual se mantiveram as 304 vagas (270 das quais para o concurso nacional de acesso ao ensino superior), todas ocupadas, continuaram a funcionar as pós-graduações em supervisão clínica e sistemas de informação em enfermagem, com 58 novos estudantes matriculados.

Dando corpo, ao novo enquadramento jurídico, decorrente do denominado processo de Bolonha, foi ainda disponibilizado um leque de 75 unidades curriculares isoladas (unidades curriculares de cursos em funcionamento que podem ser realizadas em regime com e sem avaliação, quer por estudantes de outros cursos, quer por candidatos externos), tendo-se inscrito, no ano lectivo 2010/2011, 73 estudantes.

A abertura de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) foi equacionada, não só, em reuniões com a Ordem dos Enfermeiros, mas, igualmente, em debates no seio do Fórum do Ensino de Enfermagem (FEE), tendo-se optado por, enquanto não estiver claramente definido o enquadramento profissional dos estudantes que concluam a sua formação em CET's na área da saúde, não colocar em agenda a abertura destes cursos.

Mestrado em Enfermagem Comunitária; Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Mestrado em Enfermagem de Reabilitação; Mestrado em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria; Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia; Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria.

¹¹ Mestrado em Sistemas de Informação em Enfermagem e Mestrado em Supervisão Clínica em Enfermagem.

Não foi possível preparar a "carta de formação" a dirigir às instituições de saúde para o levantamento das necessidades de formação e dos modelos de ensino mais adequados.

Estando prevista a entrada em vigor, no próximo ano lectivo, das alterações ao plano de estudos do CLE e considerando o momento em que o conselho pedagógico entrou em funcionamento regular, entendeu-se como mais apropriado, no âmbito das medidas de adequação dos horários, dos regimes de frequência e de avaliação às necessidades dos diferentes públicos, nomeadamente, dos estudantes com estatutos especiais, adiar, para o ano lectivo 2011/12 a regulamentação de dispositivos internos que permitam aos estudantes em mobilidade *incoming* ultrapassar as diferenças do calendário lectivo e as dificuldades linguísticas.

Com a colaboração de peritos da Universidade de S. Paulo e do ISCAP, foram preparadas algumas das condições necessárias a uma oferta formativa assente numa plataforma *e-learning*, registando-se desenvolvimentos significativos, nomeadamente, Aquisição e disponibilização de um sistema de videoconferência com suporte *Full HD* a decisão de optar pela plataforma *Moodle* para a organização, distribuição e acesso aos conteúdos formativos.

Não foi possível reunir as condições necessárias à disponibilização de unidades curriculares, dos cursos em funcionamento na ESEP, leccionadas em inglês.

5.2 Reforçar a imagem científica da ESEP, junto da comunidade científica e civil

Pelas dificuldades na contratação de pessoal especializado (nomeadamente em tradução e *editing*) e pela inconveniência de mobilizar, a meio do ano, recursos humanos internos, a criação do Gabinete de Apoio à Publicação foi adiado para o início de 2011, em moldes, ligeiramente diferentes daqueles que estavam previstos.

Depois de um processo de aproximação ao Internacional Council of Nurses (ICN) e em resultado do reconhecimento pelo trabalho que a escola tem vindo a realizar, em Agosto de 2010, a ESEP foi acreditada pelo ICN como um *Centre for Information Systems Research and Development*, tornando-se num dos oito centros mundiais de desenvolvimento de investigação-acção na área dos sistemas de informação em enfermagem.

5.3 Garantir as actividades de extensão cultural e de prestação de serviços à comunidade

Tendo em vista rentabilização do *know-how* interno em sistemas de informação em enfermagem e o desenvolvimento de aplicativos informáticos na área da saúde, foram iniciados, em conjunto com o presidente do CTC, os contactos com a Alert Life Sciences Computing S.A., empresa portuguesa da área

dos sistemas de informação, com vista, numa primeira fase, ao processo de para validação do protocolo de triagem canadiana (The Canadian Triage & Acuity Scale (CTAS)), aplicável à priorização do atendimento de urgência de crianças. Posteriormente, e no âmbito das contrapartidas da mesma empresa, serão desenvolvidos aplicativos que facilitem o acesso a ferramentas de ensino de enfermagem suportadas em tecnologias de informação e será produzido material didáctico para utilização em plataformas de *e-learning*.

Em 2010, a ESEP, através de alguns dos seus professores, colaborou em várias comissões junto dos serviços centrais, assessorias a instituições de saúde, nomeadamente: na comissão de especialistas na área científica de Enfermagem que funciona junto da A3ES; na assessoria na área dos sistemas de informação à ULS e ao CHP; no júri no concurso público com publicidade internacional para aquisição de serviços para desenvolvimento e implementação do sistema de apoio aos Cuidados de Saúde Primários, que funciona junto da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) - Ministério da Saúde.

O núcleo museológico da ESEP, para além de organizar várias visitas programadas e de dar continuidade ao trabalho de inventariação, promoveu, ainda, uma exposição temática evocativa do centenário da República, consolidando uma presença e uma afirmação que, em breve, poderá permitir avançar para o estabelecimento das parcerias necessárias à criação do museu de enfermagem.

Pelo contributo da ESEP na área dos sistemas de informação em enfermagem, foi-lhe atribuída, a 7 de Abril de 2010, pela Ministra da Saúde, a Medalha de Serviços Distintos, Grau Ouro¹².

¹² Na mensagem de apresentação pública da distinção referia-se: A Escola Superior de Enfermagem do Porto é a Instituição que reúne as três ex-escolas de maior tradição na formação de enfermeiros da Região Norte. Impulsionadora da modernização dos sistemas de informação, de comunicação e de registos em enfermagem. Através dos seus colaboradores, nomeadamente o Prof. Abel Paiva, impulsionou a implementação dos sistemas informáticos de registo de enfermagem (CIPE/SAPE) a nível nacional.

Nota Final

Em relação aos dois objectivos centrais estabelecidos para a ESEP para 2010: consolidar um modelo de organização assente numa visão estratégica para o seu futuro e assegurar a sustentabilidade, os resultados antes apresentados demonstram (admite-se que com a necessária evidência) que aqueles foram claramente atingidos.

O ano de 2010, pelas razões já antes aduzidas, constituiu para a ESEP um desafio que, através de um esforço colectivo, foi possível superar com êxito.

Aprovação do Conselho Geral

Extracto da acta n.º 1 de 21/03/2011 do Conselho Geral

"O Vice-Presidente solicitou ao Presidente da ESEP a apresentação do Relatório anual de actividades da ESEP – 2010. O Presidente iniciou a apresentação fazendo uma breve referência ao RGIES, dizendo que é um desafio à ESEP, tornando-se um documento transparente e que a prestação de contas é típico das sociedades democráticas. Referiu que foi feito um grande esforço para reunir toda a informação constante no relatório, tendo em conta, o processo de fusão, que trouxer alterações legislativas às três escolas, integração na escola, modelos de registos diferentes, práticas e culturas diferentes, salientando a situação das três escolas, antes da fusão e como estamos, decorridos quatro anos da fusão.

A Enfermeira Margarida Filipe relativamente à disponibilidade das verbas pelo Orçamento do Estado, questionou, se a escola tem alguma estratégia para reduzir a despesa relacionada com os vencimentos dos docentes, tendo em conta que noventa por cento do orçamento é para esse efeito. O Presidente respondeu que os vencimentos dos docentes são elevados, pois existem muitos professores-coordenadores, a ESEP é das poucas escolas que contabiliza quarenta horas por semana, não tendo legitimidade para pedir aos docentes para leccionarem mais horas e neste momento não existem condições para abrir concursos externos.

O Doutor Alberto Amaro Guedes Machado interrompeu para informar que tinha de se ausentar da reunião e que votava favoravelmente em relação à apresentação do relatório, dizendo que estava bem explicitado existindo uma intenção clara de gerir rigorosamente a instituição.

A estudante Ana Miguel Leão Torres colocou a questão do sucesso dos alunos na ESEP, dizendo que os alunos só têm contacto com o contexto real, no terceiro e quarto ano do curso. É de opinião que no primeiro e segundo ano deviam ser introduzidos ensinos clínicos, seria uma vantagem para serem melhores enfermeiros e o sucesso efectivo. Mais referiu que a Unidade Curricular Enfermagem e Cidadania devia ser leccionada no primeiro ano do curso, resultando daqui uma enfermagem mais interventiva.

Relativamente à mobilidade Erasmus referiu que existe uma preocupação dos alunos no que diz respeito à questão das creditações. Acha que é importante que os planos coincidam, mas que impõe alguns limites, e que os alunos se sentem desapoiados nestas questões e que sentem necessidade de um apoio por parte de uma equipa que os ajudasse a recolher a informação necessária.

No que se refere à pegada ambiental da escola, é de opinião que os alunos devem ser envolvidos neste processo a custo zero, existindo um projecto de voluntariado, com equipas coordenadoras, quer na formação, quer na mobilização de estudantes.

A Enfermeira Margarida Filipe é de opinião que no início os alunos devem ser motivados para o voluntariado.

O Vice-Presidente abordou a questão do abandono escolar dizendo que o Conselho Técnico-Científico já equacionou algumas questões relativamente a esta preocupação.

O Presidente da ESEP, relativamente ao voluntariado, referiu ser uma questão cultural e mostrou a sua preocupação cívica interna da escola sendo de opinião que existe pouca intervenção, um certo alheamento à vida da Escola deixando-o desagradado, referindo mesmo que os grupos são criados mas não funcionam.

O relatório anual de actividades da ESEP - 2010 foi aprovado por unanimidade."